



Projeto **Diálogos**

www.dialogos.org.br

**Interação entre políticas públicas e dinâmicas
locais da agricultura familiar do Território
do Portal da Amazônia - Mato Grosso**

Versão provisória para discussão

Eric Sabourin , Cirad/UnB

Brasília, novembro de 2006

Sumario

0. Resumo executivo	3
1. Introdução e antecedentes do estudo	4
2. Problemática geral e específica	5
3. Pergunta à qual pretende-se responder	7
4. Estado da arte	7
5. Metodologia	9
6. Resultados obtidos e análise	11
7. Ensinaamentos das experiências analisadas	26
8. Conclusões	32
9. Bibliografia	35
10. Anexos	36
A 1- Metodologia e pessoas entrevistadas	
A. 2- Figura 1	
A 3- Instrumentos e programas	
- Gestar	
- Padeq	
- Vida Rural Sustentável	

Resumo executivo

O estudo “Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar” foi confirmado por uma coincidência entre as necessidades de sistematização de conhecimentos e de informação durante a primeira fase do projeto Diálogos e as demandas dos atores sociais e institucionais atuando no âmbito do desenvolvimento rural de uma das microrregiões, a do Território do Portal da Amazônia (Mato Grosso). O objetivo era de analisar o impacto local e a apropriação das políticas públicas de desenvolvimento rural pelos atores sociais do território.

O método foi adaptado aos objetivos específicos do projeto Diálogos: primeiro foram considerados instrumentos mais “clássicos” : Crédito para produção ou/e infra-estruturas ; Assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar e reforma agrária (pública + privada), Apoio à valorização econômica ou à qualificação dos produtos. Num segundo tempo, além das dinâmicas sociais e regionais foi contemplada a implementação de novos instrumentos participativos nas políticas públicas de desenvolvimento rural de iniciativa federal (Gestar -Gestão Ambiental Rural e Padeq do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais Pronat do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ou Estadual (Sebrae-MT, Vida Rural Sustentável).

Os resultados mostram uma aplicação problemática, deficiente quando não desvirtuada dos instrumentos clássicos em particular o crédito e a assistência técnica embora com um potencial de diversificação da Ater. Ao contrario, aparece uma grande capacidade de inovação na interação com a sociedade civil e as organizações de agricultores, e resultados encorajadores do lado dos instrumentos recentes como Vida Rural Sustentável do Sebrae, Gestar e Padeq do MMA e Pronat do MDA.

A primeira transformação do ambiente institucional e social que esta acontecendo na região do Portal, por si só potencializa inovações em material de instrumentos de políticas públicas e de métodos. Trata se do reconhecimento do futuro da agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento mais sustentável do ponto de visto social e ambiental, mas também do ponto de vista econômico. Após as sucessivas crises do ouro, do café e agora da madeira (redução dos preços, falências, escândalo Curupira e nova legislação), a economia da região parou e os diversos setores da economia local (bancos, comercio, serviços) passaram a descobrir que eles, agora dependem, sobretudo do fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos.

As novas formas de uso do espaço e dos recursos, as novas formas de valorização desses recursos e dos seus produtos provocam transformações de natureza territorial, ao mesmo tempo espacial, social, econômica e política. E o caso das novas unidades territoriais constituídas pelos assentamentos de reforma agrária, mas também pelas reservas ecológicas e indígenas. Uma vez consolidados esses espaços de atividade (ou de preservação) levam para a emergência de novas unidades territoriais em construção como a bacia leiteira em torno dos assentamentos ou as áreas de periferia dos parques ecológicos. Nessas áreas acontece uma transformação das atividades e até uma redefinição dos papeis e dos poderes, eventualmente com a formalização de um projeto territorial.

Ao mesmo tempo, junto com os novos instrumentos de política pública do MDA, do MMA, do Sebrae, aparecem espaços de dialogo que devem ser ocupados e ativados pelos atores da agricultura familiar, em primeiro lugar, as organizações de produtores.

Por exemplo, em torno da criação das unidades de conservação como o Parque Juruena em Apiacás ou do parque Cristalino em Novo Mundo, aparecem novas atividades como eco-turismo, agro-turismo, que, junto com as iniciativas de agroecologia e de qualificação e certificação dos produtos, levantam expectativas econômicas, e, portanto, apoios de setores econômicos e políticos. Uma das inovações mais importantes para evitar ao mesmo tempo recuperações oportunistas e ilusões desmedidas, passa pela construção de uma identidade territorial compartilhada em torno da agricultura familiar e do manejo dos recursos naturais.

Essa construção de identidade depende **a sua vez** da construção de uma imagem “positiva” da agricultura familiar e, sobretudo dos assentamentos de reforma agrária.

Além da difusão dos primeiros sucessos e do processo de desenvolvimento territorial é fundamental subsidiar e favorecer todas as iniciativas que contribuem para uma auto-revalorização da sua imagem de agricultor entre os assentados. Uma das inovações estratégicas da interação entre os movimentos sociais e os novos instrumentos de políticas públicas é precisamente ter privilegiado métodos e abordagens apostado no fortalecimento das competências dos jovens e das bases rurais mediante a informação, a educação. A capacitação vem depois, como complemento e não em primeiro lugar.

1. Introdução e antecedentes do estudo

O estudo “Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar” foi confirmado por uma coincidência entre as necessidades de sistematização de conhecimentos e de informação durante a primeira fase do projeto Diálogos e as demandas dos atores sociais e institucionais atuando no âmbito do desenvolvimento rural de uma das microrregiões, a do Território do Portal da Amazônia (Mato Grosso).

A metodologia testada recentemente por equipes do Cirad, da Unb e de outras universidades federais do Brasil (Tonneau e Sabourin, 2005), foi apresentada sucessivamente aos parceiros do Projeto Diálogos e logo, a vários interlocutores da agricultura familiar membros do Conselho Executivo das Ações da Agricultura Familiar do Território do Portal da Amazônia (CEAAF). Foi considerada apropriada para responder as principais perguntas em torno do impacto local e da apropriação das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Mesmo assim, o método foi adaptado aos objetivos específicos do projeto Diálogos, em particular no tocante a implementação de novos instrumentos participativos nas políticas públicas de desenvolvimento rural de iniciativa federal (Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário) ou Estadual (Sebrae-MT, Seplan-MT, etc).

Antecedentes do ponto de vista do Projeto Diálogos

O projeto Diálogos tem como objetivo geral facilitar e subsidiar a consolidação de espaços e processos de diálogo e negociação entre atores de diferentes setores, de maneira a promover um manejo mais apropriado dos recursos naturais em três regiões da área de influência da BR-163. Um dos objetivos específicos é contribuir para a identificação, definição e quando for possível, a experimentação de métodos e instrumentos inovadores no processo da ação pública.

A hipótese de trabalho é que a produção de conhecimento e a realização de ações de formação, comunicação e articulação social entre os diferentes atores poderão contribuir para fomentar a criação e/ou consolidação de espaços de diálogo entre os grupos de interesses existentes nas regiões escolhidas, contribuindo para o surgimento de inovações no processo político. Essas inovações poderão levar à elaboração e implementação de políticas públicas e/ou estratégias privadas mais eficazes, e adaptadas às dinâmicas locais, num processo crescente de desenvolvimento territorial em bases sustentáveis.

No marco do seu componente 3, destinado a *fortalecer as competências (empoderar) os grupos alvo para influenciar políticas e processos, por meio da construção e disseminação de conhecimento*, esta prevista a realização de estudos específicos, dentre eles o diagnóstico dos modos de ocupação das microrregiões de referência e suas consequências para o desenvolvimento sustentável do território. Um dos elementos desse diagnóstico é a análise da interação entre as dinâmicas locais e as políticas públicas de desenvolvimento rural que vêm sendo implementadas na região.

Demanda dos atores institucionais do Território do Portal da Amazônia (MT)

Frente a essas linhas de trabalho do projeto Diálogos houve uma demanda de sistematização de métodos e de conhecimentos por parte da equipe ICV envolvida com o tema da agricultura familiar e do manejo de recursos naturais e florestais, e por parte de atores do Portal da Amazônia, CEAAF, projeto Gestar (Gestão Ambiental Rural), conselhos municipais, organizações de agricultores, municípios. Após uma apresentação

da metodologia de análise das interações entre políticas públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar em Alta Floresta e Terra Nova em março de 2006, foi decidido integrar esse componente no diagnóstico global dos modos de ocupação do território do Portal da Amazônia.

Após uma série de visitas, consultas e entrevistas preliminares junto a representantes das instituições na escala Estadual, territorial e local, foi proposta uma adaptação da metodologia de maneira a contribuir tanto para os objetivos do projeto Diálogos como para aqueles do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Portal da Amazônia.

2. Problemática geral e específica

A problemática geral do estudo corresponde a duas linhas de análise e de ação interligadas dentro do projeto Diálogos. Uma tem a ver com os impactos e efeitos das interações entre dinâmicas locais e políticas públicas sobre as transformações locais e regionais da agricultura familiar. A outra trata das formas de interação (diálogo, confronto, cooperação, tensão, etc) entre atores institucionais públicos e privados na concepção, elaboração e/ou aplicação de políticas públicas para a agricultura familiar e o desenvolvimento rural territorial.

A problemática específica para a região do Portal da Amazônia tem, precisamente, a ver com as novas dinâmicas da agricultura familiar. Pois, depois de uma fase predatória desde a ocupação até a estabilização da frente pioneira, os ciclos econômicos de exploração imediata dos recursos naturais e florestais (madeira, ouro, lavoura branca, pecuária de corte, soja, etc) mostraram seus limites. Portanto, uma maioria dos atores sociais, econômicos e políticos da região e do estado, consideram hoje o apoio a um desenvolvimento da agricultura familiar mais sustentado como uma real oportunidade econômica. Tal estratégia de desenvolvimento tem a vantagem de ser mais compatível com o manejo e a preservação da floresta e dos rios ou associado com o eco-agro turismo.

Evolução da agricultura da região e efeito território no Portal da Amazônia

A região objeto do projeto de Território do Portal da Amazônia situada no norte do Estado do Mato Grosso (Fig. 1) foi aberta a colonização há 30 anos. A frente pioneira esta hoje mais ou menos estabilizada em torno de uma estrutura fundiária ainda desigual, diversificada (exploração da madeira, mineração/garimpo, pecuária extensiva, grandes lavouras) e muitas vezes com graves atrasos e problemas de regularização no caso de assentamentos de pequenos agricultores ou de comunidades indígenas. Em função das condições locais, o sistema de colonização (privado/público) os sistemas de produção associam a pecuária (de corte o de leite) ao garimpo, ao manejo florestal, a lavouras “brancas” de arroz e soja (grandes fazendas) ou a tentativas de diversificação da agricultura familiar (lácteos, frutas, mel, guaraná e fruteiras).

Os desafios sociais e econômicos são importantes, às vezes objetos de conflitos, cristalizando oposições sobre o modo de apropriação dos recursos naturais e de desenvolvimento : certos atores gostariam de poder continuar colonizando a floresta pela frente sem limite.

A região é constituída de um mosaico de municípios, cada um correspondendo a uma trajetória ou a um modelo de colonização agropecuária, de origem privada ou pública e a modalidades específicas com relação ao lugar de origem, as motivações de saída, as condições de instalação, as oportunidades de evolução. Cada elemento deste mosaico,

que pode ser associada também ao mosaico das áreas florestais no meio das terras desmatadas, corresponde a uma construção social específica.

O conjunto dos 16 municípios, a maioria sendo induzida pela construção da estrada nos anos 70, desenha um território ainda em construção, o Portal da Amazônia.

Esse território limitado ao Norte pela fronteira com o Pará e pelo conjunto do Xingu ao leste, se diferencia ao sul, da região de Sinop (bacia de soja) pelo seu relevo pouco favorável para a mecanização das lavouras. É composto de dois conjuntos: um estruturado ao longo da BR 163 ao leste e outro pelo pólo de atração da cidade de Alta Floresta, pólo econômico, comercial e intelectual.

O Portal da Amazônia é um território ainda projetado por certos atores, mas que uma entidade assumida pelo conjunto da população da região. Porém esta sendo objeto de reconhecimento público e de apoio por parte de vários ministérios (Meio Ambiente e projeto Gestar, Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Territorial, Sebrae e projeto Vida Rural Sustentável, zona de planejamento evidenciada pelo Zoneamento da SEPLAN Mato Grosso, consórcio de municípios da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado, etc) e por organizações da sociedade civil: ONG's (ICV, IOV, Funam, etc), movimentos sociais e prefeituras participando do CEAAPF.

São os projetos elaborados a partir das articulações entre essas entidades públicas, privadas e coletivas que vão determinar boa parte das evoluções da agricultura e da economia da região. Assim vão criando uma nova territorialidade regional, emergindo ao mesmo tempo das dinâmicas sociais, das políticas públicas e dos outros fatores de mudança.

Na escalas local e regional essa trajetória reproduz a história da agricultura brasileira, fundada numa lógica de fronteira : i) eixos de penetração, migrações, colonização do espaço natural acumulação baseada sobre a apropriação dos recursos, ocupação e valorização ; ii) ciclos econômicos marcados pela organização de cadeias para o escoamento da produção desde as frentes pioneiras ; iii) um elevado custo social e ambiental, gerando pólos de acumulação e setores ou grupos marginalizados..

O modelo de desenvolvimento baseado sobre uma exploração direta e imediata dos recursos naturais e uma mobilidade permanente esta hoje invalidado pelo seu custo.

Este questionamento estrutura-se em arenas internacionais (Rio 92, CDB, OMC, etc.) nacionais (Ministério do meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, do atual governo), estaduais (Sema, Sebrae, etc.) e locais (Ceaaf, etc) com atores que operam ao mesmo tempo em diferentes cenários, quando não em diferentes escalas.

Foi assim que foram implementadas novas unidades de conservação ou preservação (Juruena, Serra do Cachimbo, Cristalino, reservas indígenas, zona militar na fronteira do Pará com Mato Grosso, etc), mas, também as novas atividades agropecuárias ou agro-industriais (laticínios, cooperativas, armazéns, produção orgânica, etc) e, mais recentemente iniciativas de turismo rural ou ecológico.

Quanto à dinâmica da agricultura e em particular da agricultura familiar, essas transformações modificam a vocação inicial de certas áreas (exploração florestal, garimpo, lavoura) e promovem novas atividades (manejo e preservação da floresta, diversificação agropecuária, processamento e certificação de produtos locais).

Ora bem, essa tomada de consciência recente coincide com preocupações mais enraizadas nos movimentos da sociedade civil local, expectativas dos agricultores familiares e, em particular, dos assentamentos de reforma agrária, e novas propostas temáticas ou metodológicas dos serviços públicos estaduais e federais atuando na região.

3. Perguntas do projeto à qual pretende-se responder

O estudo contribui para responder a várias perguntas do projeto Diálogos e, de maneira mais específica em torno do tema das “políticas públicas para agricultura familiar e o desenvolvimento territorial”. Mas, sendo limitado e resumido, tampouco pretende responder a todas e muito menos de maneira exaustiva.

Do ponto de vista do projeto Diálogos, o estudo contribui para trazer elementos de resposta a três perguntas chaves:

- a- qual é o impacto das políticas públicas e privadas sobre a agricultura familiar das microrregiões estudadas;
- b- quais as interações entre atores para a aplicação ou a elaboração de instrumentos de políticas públicas e suas modalidades;
- c- como privilegiar a atuação do projeto Diálogos junto a espaços de construção, arrumação de territórios ou de desenvolvimento territorial reconhecidos pelos poderes públicos e pelos atores privados ou da sociedade civil.

Do ponto de vista dos atores da agricultura, entre outros da agricultura familiar, do Portal da Amazônia, essas questões se traduzem nas seguintes perguntas

- Qual foi o impacto sobre a agricultura familiar das políticas de colonização e de reforma agrária e da política agrícola tradicionalmente focalizada na pecuária extensiva e na grande lavoura mecanizada?
- Como e em que as dinâmicas locais e as iniciativas da sociedade civil organizada podem ajudar a pensar a renovação dos instrumentos de políticas públicas?
- Quais os primeiros efeitos dos novos instrumentos de política pública mais participativos e territorializados?

4. Estado da arte.

Esse capítulo indica as definições e o referencial teórico mobilizado para cada um dos principais conceitos ou das noções utilizadas nesse estudo.

4.1. Políticas públicas

De maneira geral, entende-se por políticas públicas o conjunto de intervenções, programas, projetos, que são formulados, coordenados ou executados pela iniciativa pública, o Estado (Jones, 1970). Thoenig (in Boussaguet *et al*, 2004 :326) define as políticas públicas como “intervenções de uma autoridade investida da potência pública e da legitimidade governamental sobre um setor específico da sociedade ou do território”.

Existem, na realidade, diversas definições e interpretações dos processos de elaboração e de aplicação das políticas públicas. Passou-se da noção clássica da política pública vista como um programa de ação (Thoenig 1985), à idéia de que ela seja o produto de um referencial compartilhado (Muller, 1995), como, por exemplo, a nova política de co-gestão do manejo florestal. Tendo em vista os processos de regionalização e de descentralização, as políticas públicas podem ser consideradas como o encaixe de diversos níveis de decisão e escalas de aplicação.

A abordagem cognitiva das políticas públicas considera a importância das normas (sistema de representações e de comportamentos) induzidas por uma política pública e das instituições no sentido sociológico (regras compartilhadas). (Lascoumes, in Bassouguet *et al.*, 2004).

Cada vez mais as políticas públicas aparecem como construções sociais, resultantes de processos de ação coletiva, que associam diferentes categorias de atores públicos e privados (Callon et al., 2001). No Brasil, esses diversos tipos de elaboração e implementação de políticas públicas estão sendo aplicados na atualidade, em função de uma segmentação crescente dos instrumentos e normas, assim como dos públicos alvo. A noção de ação pública permite caracterizar melhor a complexidade de intervenções públicas no caso do desenvolvimento rural num país como o Brasil

A ação pública corresponde ao conjunto efeitos, não necessariamente previsíveis e coerentes resultando de interações entre instituições interdependentes, entre os agentes dessas instituições e uma quantidade de atores sociais interessados pelas 'decisões políticas', entre esses atores e os governantes (Lagroye et al., 2002 :501).

A relação entre políticas públicas e ação pública está marcada precisamente: pela fragmentação dos lugares de poder, pela possibilidade de enfrentamento de ações públicas e, pela renovação dos processos de gestão da decisão pública : participação, consulta, mediação, etc. De fato, as ações públicas são mais numerosas quanto o Estado é policentrico ou descentralizado (Duran, 1999)

A interação entre as diversas políticas públicas no meio rural

De fato, diversas categorias de políticas públicas têm a ver com o desenvolvimento rural e a agricultura: políticas distributivas de apoio a produção (subsídios, crédito via o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mapa e o Ministério de Desenvolvimento Agrário, MDA), políticas sociais re-distributivas via o Ministério do Desenvolvimento Social-MDS (previdência, aposentadoria, fome zero, bolsa família), políticas regulamentarias : sobre manejo do meio ambiente e recursos naturais com o Ministério do Meio Ambiente, sobre comercio e mercados com o Ministério da Industria e Comercio e o MAPA, tributação com o Ministério da fazenda, políticas constitutivas, com vários aspectos da : legislação, regras e normas.

O reconhecimento oficial de uma política especifica de fortalecimento da agricultura familiar em 1996 dá lugar à criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural no seio do Ministério de Agricultura. Traduziu-se a partir de 1998, na criação do MDA e em particular a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que assume junto com a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) e a da Reorganização Agrária (SRA) as políticas específicas de desenvolvimento rural e de agricultura familiar. O MAPA ainda tem a ver com o publico da agricultura familiar, já que ele cuida da comercialização dos produtos e da sua regulamentação (sanitária e de qualidade), da legislação sanitária e da pesquisa.

Necessidades e modalidades de construção dos instrumentos de políticas públicas

Pode-se partir de uma definição muito geral de políticas públicas como “produto da atividade intencional de uma autoridade investida de uma prerrogativa de poder público e de uma legitimidade política” (Duran, 1999).

O termo intencional é essencial para compreensão do conceito. Dada a sua complexidade e diversidade, as políticas públicas podem ser analisadas também, como um conjunto complexo de acordos institucionalizados entre agentes econômicos e sociais com interesses mais ou menos divergentes” (Callon et al., 2001).

Essa definição parece mais adequada à complexidade e à diversidade dos modos de elaboração e de atuação da ação pública. Nessa perspectiva, as condições e os marcos de negociação entre atores, de elaboração e de aplicação das políticas públicas, são cada

vez mais determinantes. Como afirma Duran (1999) “governar é administrar a ação coletiva”.

4.2. Dinâmicas sociais e dinâmicas locais

Por dinâmicas sociais entendemos os processos conduzidos por grupos sociais mais ou menos organizados, por meio dos movimentos sociais e/ou de dinâmicas locais, em função de práticas, regras, normas comuns, associadas a representações e/ou valores comuns, e por meio de formas de mobilização ou de ação coletiva.

Um movimento social pode ser definido como uma dinâmica de organização (formal ou não) que supõe uma “*atuação em conjunto intencional e uma motivação de tipo reivindicativo ou de defesa de uma causa*”. Touraine (1978) define o movimento social como uma ação ou conduta coletiva pela qual um ator de classe luta para a direção social numa perspectiva histórica. Mas tarde Touraine (1996) passará a associar a classe social a uma situação e o movimento social as lutas sociais e de maneira mais geral a ação coletiva marcada por traços locais ou específicos: cultura, identidades etc. Ele passa a definir o movimento social como a ação culturalmente orientada e socialmente conflituosa de uma classe social - definida pelo seu modo de dominação ou de dependência – para a apropriação da historicidade dos modelos culturais, de investimento e de conhecimento...

Dinâmicas locais: Por dinâmicas locais, entendemos os processos de mudança que acontecem em escala local (comunidades, assentamentos, distritos, municípios, bacia hidrográfica, consórcios de municípios) e que, precisamente dependem das especificidades ambientais, sociais, culturais e políticas da região. Essas dinâmicas podem envolver agentes econômicos, firmas, grupos e movimentos sociais, sociedade civil e as suas organizações, instâncias político-administrativas ou serviços públicos locais.

5. Metodologia

A metodologia tem seguido três etapas

- uma fase de delimitação do âmbito do estudo e de coleta de dados secundários
- uma fase de entrevistas individuais com pessoas chaves
- uma fase de tratamento e síntese das informações

5.1. Delimitação do âmbito do estudo e coleta de dados secundários (março-agosto)

- trabalho de bibliografia e de coleta de dados secundários em Brasília, nas Universidades Federais e Estaduais do Mato Grosso (Cuiabá) e junto às entidades governamentais e não governamentais.
- reuniões com responsáveis e técnicos de diversas instituições governamentais e não governamentais (Cuiabá e Alta Floresta)
- visitas na região do Portal da Amazônia nos municípios de Alta Floresta, Carlinda, Terra Nova e Nova Guarita
- apresentação da proposta metodológica junto a equipe do ICV e entidades do CEAAP em Alta Floresta e Terra Nova
- reuniões e entrevistas junto aos atores locais e beneficiários das políticas públicas
- reuniões com ICV, e as entidades membro do Núcleo Técnico do Conselho Executivo de Ações da Agricultura Familiar no Portal da Amazônia para acertos metodológicos.

5.2. Entrevistas individuais (agosto-setembro)

Entrevista de pessoas chaves:

- Funcionários responsáveis da concepção implementação e avaliação dos instrumentos de políticas públicas.
- Técnicos locais encarregados da aplicação dos instrumentos de políticas públicas
- Agricultores representantes dos beneficiários e usuários

Em diversas escalas:

- 5 entrevistas em nível federal (Ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e Senaes)
- 10 entrevistas em nível estadual (Secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, e Desenvolvimento Rural do Estado do Mato Grosso, Empaer, Sebrae, UFMT, MDA, Formad),
- 20 entrevistas na escala territorial ou local (IOV, ICV, Padeq, Gestar, Cooperagrepa, Empaer, Unemat, CEAAF, STR Nova Monte Verde e Peixoto de Azevedo, Sindicato Rural Alta Floresta, Funai, MPA, PJR, Incra, Agenda 21, Técnicos de Secretarias de Agricultura e representantes de associações de agricultores de vários municípios do Portal)

5.3. Sistematização de informações (setembro- outubro)

- **Geograficamente:** os 16 municípios do Território do Portal , com um aprofundamentos em alguns municípios (3) acompanhados pelo projeto Gestar (2).

- **Tematicamente:**

- Quais foram os instrumentos de políticas públicas que tiveram mais impacto sobre a agricultura familiar (AF) e a dinâmica de Desenvolvimento Territorial (DT) ?
- de que maneira ? quais foram as evoluções
- Como foram apropriadas pelas organizações locais?
- Quais foram os efeitos da interação entre dinâmicas locais e essas políticas públicas ?

Instrumentos clássicos

- Crédito para produção ou/e infra-estruturas (Pronaf)
- ATER para agricultura familiar e reforma agrária (pública + privada)
- Apoio à valorização econômica ou à qualificação dos produtos (Sebrae)

Instrumentos novos

- Projeto Gestar : Gestão Ambiental Rural (MMA/SDS)
- Projeto Padeq (MMA/PDA)
- Programa Nacional de Apoio aos Territórios Rurais (MDA/SDT)

- **Temporalmente** : período de referencia para análise das informações:

- Dinâmicas locais e história da região : 25 anos
- Políticas públicas de crédito e ATER: 10 anos
- Outras políticas públicas (ATES, VRS, etc) : 3 anos
- Novos instrumentos: Gestar, Padeq e Pronat : 2 a 3 anos

5.4. Aplicação da metodologia

A aplicação da metodologia seguiu as etapas e modalidades previstas. Houve adaptações para a fase de entrevistas individuais com pessoas chaves.

O roteiro elaborado a partir da matriz de análise das interações entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar, apesar de simplificado ficou muito detalhado. Precisava de duas horas no mínimo para ser aplicado de maneira integral.

Após a sua aplicação durante as primeiras 10 entrevistas com pessoas-chaves na escala territorial ou local apareceram muitas informações repetitivas. Portanto, as entrevistas seguintes foram mais curtas, e focalizadas apenas em temas específicos para completar os dados já sistematizados.

6. Resultados obtidos e análise

Os resultados são divididos em três partes:

- as dinâmicas locais do território e a evolução das organizações da sociedade civil
- as políticas agrícolas tradicionais e seu impacto na agricultura familiar
- os novos instrumentos de políticas para agricultura familiar

6.1. Dinâmicas locais e organizações da sociedade civil

A ocupação agrícola da região e a dinâmica de organização da agricultura familiar

Um território agrícola

O Portal da Amazônia é, antes de tudo, uma região de assentamentos privados e públicos com uma história comum, mas com limitantes e diferenciais específicos de um município a outro, precisamente em função das condições e modalidades do sistema de colonização e de assentamento.

De uma maneira geral, as instâncias locais não superaram as consequências e seqüelas desse processo de ocupação, marcado por uma grande carência, não apenas de infra-estruturas, mas, sobretudo, de serviços de apoio e de métodos adaptados.

O Estudo Propositivo (MDA, Olival, 2006) apresenta alguns indicadores de crescimento e de desenvolvimento da região do Portal

População

O Portal reúne apenas 10% da população total do Estado do MT. 35% da população do território está localizada na área rural, embora a maioria das sedes municipais tenha características mais rurais que urbanas.

A demografia regional pode ser caracterizada por 3 fases evolutivas:

- 1980 – 1990: Explosão populacional
- 1990 – 2000: Diminuição do ritmo de crescimento
- Estimativa após 2000: Crescimento quase nulo (certos municípios com perca populacional)

Indicadores de Qualidade de Vida

O Índice de Desenvolvimento Humano da região é médio¹: Média do Portal: 0,736 (IDH Renda: 0,664; IDH Longevidade: 0,711, IDH Escolaridade: 0,822).

O nível de renda médio é abaixo da média do Brasil (5 salários mínimos). Apenas dois municípios, pouco povoados, têm uma renda domiciliar superior à média nacional. A proporção de indigentes é de 14,64% e de pobres de 33,37%. Há uma tendência à concentração da renda.

¹ IDH baixo (de 0 à 0,500), IDH médio (de 0,501 à 0,800) e IDH alto (de 0,801 à 1)

O emprego é essencialmente rural e não formal: para cada 11 habitantes, 1 tem um emprego formal urbano e 3 trabalham no meio rural.

A agricultura familiar reúne 84% dos estabelecimentos rurais do território. Além de assegurar empregos e alimentos, a agricultura familiar responde por 48% do valor da produção agropecuária total do território, apesar de ter uma rentabilidade extremamente baixa : R\$ 973,61 / trabalhador / ano.

Os assentamentos de reforma agrária constituem uma fração significativa e crescente desse segmento com 17.000 famílias assentadas em 61 projetos, seja 33% do total do Estado.

Os convênios com o Governo Federal entre 2002 e 2005 mobilizaram um total de R\$ 46.000.000,00, dos quais os três municípios maiores e mais urbanizados captaram 60% (Colíder 33%, Guarantã do Norte 16% e Alta Floresta 10%). O Ministério da Saúde responde por 30% desses recursos federais e o MDA (Pronaf, Proinf, Reforma agrária e ATER) por apenas 7%.

Uma colonização agrícola pela madeira e pela pecuária

A partir de 1978, uma população já colonizadora do norte do Paraná e do leste de São Paulo chegou na região de Alta Floresta, pensando fazer fortuna e voltar para o Sul do país. Poucos voltaram, ou tão pobres como chegaram (tab. 1).

A propaganda do governo militar “integrar para não entregar” determinou uma colonização de ocupação da fronteira, que geralmente foi precisamente entregue a empresas colonizadoras como a Indeco na região de Alta Floresta. O primeiro compromisso não era exatamente com a produção muito menos com aquela dos pequenos agricultores. O que importava era ocupar e abrir a fronteira e ao mesmo tempo limitar os conflitos no Paraná com os pequenos agricultores expulsos pelas usinas hidroelétricas.

A principal atividade foi, portanto a exploração descuidada da madeira.

Por conta de solos pouco adaptados ou ruins, a escolha de cultivos mal adaptados (café, cacau), o projeto agrícola inicial fracassou e foi substituído pela alternativa quase imediata do garimpo a partir de 1979/80, mas prevalecendo o mesmo espírito extrativista e predador.

Os pequenos agricultores passaram a aumentar a sua produção de arroz, milho e cana de açúcar destinada inicialmente ao autoconsumo para abastecer os garimpos e as cidades, em particular Alta Floresta.

Entre 1980-1984 por conta do boom do ouro, Alta Floresta teve 180 000 h (59 000 hoje) e o prefeito dispensou de pagar impostos. O sistema na região é ainda de tipo extrativista: traduz-se pela dominação daqueles que conseguem explorar o máximo possível os recursos naturais e os mais pobres. Esse sentimento é muitas vezes compartilhado entre agricultores pequenos, grandes e industriais ou políticos, influenciados pelo modelo de colonização dos anos 40 no Paraná.

Os primeiros assentamentos de reforma agrária aconteceram em 1984 segundo o modelo Incra-Cac (Cooperativa Agrícola de Cotia) com um plano integrado, um tipo de “cooperativa modelo”. Porém, depois do fracasso das lavouras por falta de mercado (com fim do garimpo), foram promovidos sistemas de cultivos de plantas perenes. Privilegiou-se o café e o cacau que têm se revelado, pouco adaptados aos solos da região. Houve também a falência, por má gestão da cooperativa que assegurava a assistência técnica e

a comercialização num contexto de grande dificuldade de acesso ao mercado. Finalmente, a pecuária de leite se impõe como a única saída.

A especialização leiteira da agricultura familiar representou, concretamente e simbolicamente uma ruptura com o modelo extrativista, com uma forma mais complexa de intensificação do capital e do trabalho familiar, mas também das pastagens. Corresponde de certa maneira a um processo de fixação da frente colonizadora de estabilização da fronteira agrícola e da perenização do investimento nos seus empreendimentos por parte dos agricultores familiares.

A expansão da produção leiteira foi possível com a implantação de pequenos Laticínios: Lactivit em Alta Floresta, Primo em Colider, Marajoara em Nova Canaã, em Guarantã do Norte e, finalmente, a Coopernova em Terra Nova que se constitui como referencia das organização dos produtores pelo conjunto da sua ação.

Hoje o leite entrou até em Nova Bandeirante e Apiacás depois da crise do café e do fim do ouro.

**Fig. 1: Trajetória do assentamento União (município de Nova Guarita)
(cf Anexo 2)**

As organizações da agricultura familiar

Mas a cooperação no seio da agricultura familiar é ainda limitada. Por exemplo, a ajuda mutua foi reduzida. De certa forma, era mais importante no início dos assentamentos por necessidade, e mais ligada a tradição com as culturas que com a pecuária. Os próprios Laticínios não fomentaram melhoramento na organização, a não ser indiretamente, por meio dos CMDR's, e mais recentemente com a atuação do projeto Gestar (Gestão Rural Ambiental, MMA/SDS).

As formas de organização dos agricultores familiares associadas à esse processo não tiveram muito sucesso. Elas ficaram a imagem dos colonizadores: individualistas e desconfiados, sonhando de ganhar dinheiro rapidamente para voltar no Paraná, não investiram na ação coletiva. As associações e cooperativas criadas pelas colonizadoras ou pelo INCRA ficaram como estruturas formais de intermediação do crédito ou de armazenamento, sem espírito de cooperação. A ajuda mutua foi mobilizada no início sob a forma de troca de diárias para desmatar e logo desapareceu.

As associações funcionaram pelo menos para manter uma descascadora de arroz em cada núcleo de colonização, hoje em Carlinda estão esvaziadas, mas não foram adaptadas para o leite (transporte, tanques ou processamento). Os tanques de resfriamento de leite são individuais.

Os principais atores das dinâmicas locais e as suas estratégias

Os movimentos sociais do Portal da Amazônia (cf Tab 1)

Não existe um movimento de escala regional ou territorial, todos têm uma ação mais localizada e as principais organizações estão ligadas a igreja católica (Comissão Pastoral da Terra - CPT e Pastoral da Juventude Rural - PJR, ação das freiras, etc.) e a Igreja adventista (nos assentamentos de Reforma Agrária e nas novas cooperativas).

A primeira organização social foi e continua sendo a Igreja católica

O sistema de colonização previu a cada 5 km, uma Igreja, uma escola e um salão associativo. Hoje só ficam as igrejas. Muitas associações funcionaram apenas para manejar a máquina para descascar o arroz.

O movimento mais atuante historicamente na agricultura familiar da região foi a PJR, criada há mais de 15 anos, com a chegada de padres mais progressistas, herdeiros da teologia da libertação.

A igreja católica fortaleceu sua implantação e o seu peso atuando por meio da CPT e da PJR ao lado ou em defesa dos pequenos agricultores em muitos casos de conflitos fundiários (Carlinda, Novo Mundo, Guarantã do Norte, Apiacás, Nova Bandeirantes)

A missão inicial da PJR que pode explicar a sua relativa liberdade política era atuar para fixar os jovens rurais assentados no campo. Hoje a PJR tem evoluído para a defesa de um projeto camponês renovado, ao lado do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) do MMC (Movimento das Mulheres Camponesas) ligados a Via Campesina.

Hoje os agricultores familiares estão mais ou menos representados por três movimentos que estabeleceram sucessivamente na região.

O mais antigo é o Sindicato Rural (SR) de Alta Floresta que historicamente envolve muitos pequenos proprietários e sempre defendeu projetos específicos para a agricultura familiar, mesmo se foi numa relação de compromisso e aliança com a área patronal. O projeto mais recente é o assentamento Vida Rural Sustentável, sistema de chácaras ou condomínios dedicados a produção familiar diversificada na periferia de Alta Floresta. Por isto, o SR de Alta Floresta, teve a particularidade de ser membro do Conselho Territorial da Agricultura Familiar, antes que o próprio STR do mesmo município (criado posteriormente).

Esse exemplo paradoxal explica a relativa fraqueza dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais ligados a Contag que se organizaram do fim dos anos 80 até 95. Existe uma tentativa recente de constituir um pólo sindical. Os STR mais atuantes são os de Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Nova Bandeirantes, Guarantã do Norte. A federação dos trabalhadores da agricultura do Estado do Mato Grosso tem uma imagem fraca na região acusada de pactuar facilmente com o poder econômico e político do agronegócio.

Finalmente, os movimentos ligados à área da Via Campesina são mais recentes na região, mas, ocupam um espaço crescente.

Agrupando MPA, MST, CPT, PJR, MMC, conseguem promover fóruns locais e regionais e tem uma atuação junto aos jovens assentados. Lutam para oferecer uma alternativa ao monopólio da Empaer e das consultoras privadas quanto à assistência técnica para a agricultura familiar mediante a Associação dos Pequenos Agricultores Matogrossense (APAM) e com projetos específicos em cooperação com outras entidades (Unemat, PJR /Fnma, credenciamento para Ater ambiental entorno do Parque Cristalino, etc.)

O MST tem a sua atuação mais localizada em Colíder e Nova Guarita, mediante sua Cooperativa de técnicos.

A CPT e a PJR tem uma atuação forte em 7 municípios do Portal, promovem um embrião de cooperativa de jovens (450 membros), desenvolvem parceria com Unemat, Ong's para projetos de geração de renda (pesquisa da Unemat, Fapemat, MDC)

A Via campesina tem organização de base em 10 municípios do Portal por meio da PJR, MST, CPT, MPA ou MMC.

De 12-14 de agosto 2005, no assentamento Veraneio em Colíder, houve o Iº encontro regional dos pequenos agricultores do MPA, com 450 pequenos agricultores de 10 municípios do Portal. Existe uma sede regional do MPA em Colíder.

Tab 1. Trajetória dos Movimentos Sociais no Portal da Amazônia

ANOS	Situação ou Eventos e mudanças	Movimentos sociais	Consequências
1950 /1960	Floresta primaria, índios e posseiros.	Alta Floresta é distrito	Município Aripuanã
1973 1975	Colonizadora Indeco Implantação colonos norte	Igreja + escola Cooperativa	Únicas organ. da Sociedade Civil igreja e coop agrícola
1978 1979 1980 1983	PR, estr J1 Início garimpo ouro Auge garimpo	Emancipação município Alta Floresta	Fluxos de população do NE MA e do sul
1988		Coop COTIA	I
1989 1990	Decadência garimpo Governo Collor Ouro/\$	Igreja , CPT, STR, PJR Invasão terras Falência fim ouro	Início reivindicação Desemprego, crise
1993-95	Assentamento Incra/Cotia	Agri familiar opção eco Org novas cooperativas Coopernova etc	Dolarização S. Rural e STR Mais peso da AF/contag
1997	Pronaf	Criação CMDR's	Início dinâmica territorial
1999	Des rural sustentável (Gov + Ong internacional, WWF)	Criação Ongs locais : ICV, etc	Projetos participativos, ambientais e agroecologia
2000 2001/2002	Unemat C Acadêmico AF/Agroambientais ecologia	Entrada MPA Via Campesina	criação CEAAP
2003	Gov LULA, MDA, SDT	Proj Território Portal e	
2004	Projeto Gestar	Apoio CMDRS	
2005	Terra Nova,	asso mulheres Colíder	Criação Mov mulheres Camp

Outras dinâmicas locais

- *Ligadas à ação das cooperativas:* A partir de 1994/1995, novas cooperativas por setor ou por cadeia como as do leite foram criadas por conta da falência das primeiras cooperativas ligadas a produção de café, que geralmente tinham sido administradas por interesses privados como. A Comovi (leite pasteurizado), Coopeverde (Coop Mista de Ouro Verde) A Coopernova foi a primeira constituída a partir da base depois a Cooperagrepa

A Cooperagrepa é composta por 300 produtores orgânicos distribuídos em 9 municípios reunidos em 16 condomínios, cada condomínio reúne produtores com um produto em comum. O condomínio do guaraná possui 14 produtores e todos estão localizados no

mesmo município, Nova Santa Helena (Vila Atlântica). Existem alguns produtores em Marcelândia, mas que não são cooperados e outros, em maior número, localizados fora da área de estudo (Bacia do Xingu), mas compreendidos no território conhecido como Portal da Amazônia no município de Alta Floresta, Guarantã do Norte e Matupá.

Ligadas a ação das prefeituras municipais: Entre as prefeituras mais ativas para o apoio à agricultura familiar destacam-se as de Alta Floresta, Nova Santa Helena, Colíder, Nova Bandeirantes e Nova Monte Verde. Nesses municípios, nos últimos anos (desde 1997-98) a criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável CMDRS tem propiciado uma dinâmica territorial local marcada pela interação entre as prefeituras e os movimentos sociais (em particular os STR) inclusive por meio de conflitos.

6.2. As políticas agrícolas tradicionais e seu impacto na agricultura familiar

Credito Rural

Para o desenvolvimento da agricultura familiar do território do Portal o crédito é considerado por todos os interlocutores como um instrumento como indispensável. Os movimentos sociais lembram como o programa Pronaf foi obtido após uma longa reivindicação dos agricultores. Todos reconhecem também varias deficiências na sua aplicação e gestão local e estadual, chegando a constituir um dos principais obstáculos ao fortalecimento da AF segundo os agricultores. De fato, na região, o acesso ao Pronaf e a sua aplicação depende ainda muito da capacidade de negociação e de coordenação dos agricultores familiares e da suas organizações, como o mostram alguns casos isolados de cooperação entre as associações de assentados, o STR, o gerente do Banco do Brasil e a prefeitura municipal (Terra Nova, Nova Monte Verde).

A principal modalidade aplicada para a agricultura familiar na região do Portal da Amazônia é o Pronaf « A » concebido para os beneficiários da Reforma Agrária. Sua principal característica é de ser limitado a 15.000,00 reais divididos em duas operações (certos bancos impõem um teto de 7.500 por operação), dos quais 10% (1.500,00 reais) são destinados ao financiamento da assistência técnica durante os quatro primeiros anos do projeto (em vez de 1,5% para os Pronaf B, C D). Os agricultores não recebem esse valor é deduzido do projeto e pago diretamente as agências prestadoras de serviço de ATER (Empaer ou outra).

Principais problemas

O principal fator limitante é a imposição pelo sistema local/estadual de administração do crédito (Estado mediante Empaer, consultoras e Banco do Brasil) do tipo de investimento ou de modelo técnico que o agricultor pode financiar. Na região, foi assim estabelecido, desde a existência do Pronaf um “pacote” simples para a agricultura familiar: vacas + cercas + pastagem artificial. Esse modelo é, muitas vezes, o único proposto, seja por facilidade ou por preconceito.

De fato, favorece o enriquecimento dos fazendeiros locais (casos de gado de corte vendido em vez de gado de leite) mediante colusão com agentes do banco e extensionistas. Existem até alguns casos de corrupção documentada, mas que esbarram no Ministério Público onde são enterrados ou por falta de proteção aos testemunhos ou de capacidade de organização dos agricultores. Os 10 % cobrados a título de AT pelas prestadoras como Empaer levam a super dimensionar os projetos ou até a superfaturar insumos ou equipamentos.

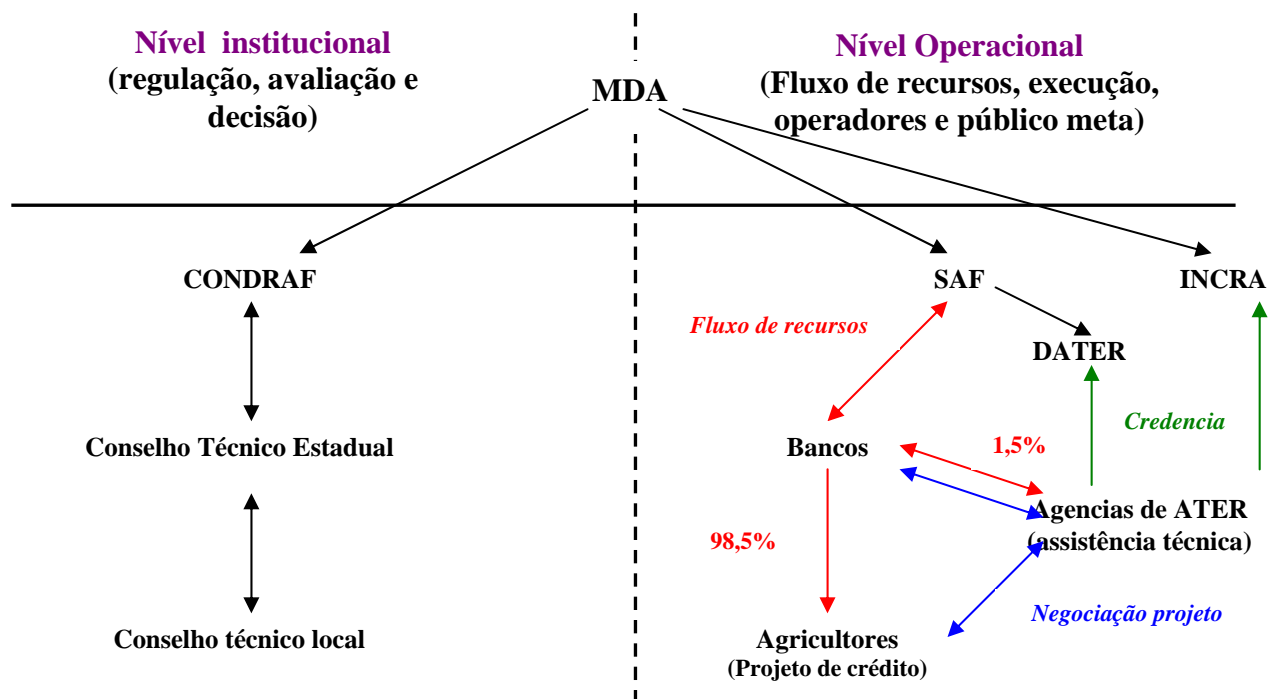


Fig. 2. Esquema da organização do Sistema de crédito Pronaf (Simões, 2006)

Menciona-se o caso isolado do gerente do Banco do Brasil do município de Terra Nova que realmente aposta na agricultura familiar. Nos outros municípios são financiados mais facilmente os projetos dos fazendeiros ou ainda o modelo da pecuária de corte para os agricultores familiares.

A aceitação dos contratos e a liberação do crédito estavam, até agora, quase totalmente no poder do gerente local do Banco do Brasil (BB) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (Seder). Assim, a Seder ou o BB pode aprovar ou reprovar projetos em função de interesses eleitoreiros, políticos ou até pessoais. Desde 2006, a aprovação dos projetos passa por uma comissão estadual do MDA-Pronaf o GEERF.

Mesmo assim, apenas o Pronaf A, B, C e D, quando não apenas o A (o mais simples e com montantes mais reduzidos) está sendo aplicado. Na região do Portal (como em boa parte do estado), a diversificação do Pronaf só existe teoricamente. O Banco do Brasil não tem aberto a possibilidade de acessar o Pronaf Florestal, agro-indústria, mulher ou jovens.

Não existe alternativa ao monopólio do Banco do Brasil para o Pronaf A. O sistema Sicredi só pode aplicar o Pronaf B, C e D.

De certa maneira, entre os agricultores da reforma agrária as cooperativas de crédito não conseguiram se implantar, ou pela má fama das grandes cooperativas como a Cotia ou pela falta de organização de base.

Testemunha “ O crédito aqui não é livre, é imposto, e, muitas vezes, com superfaturamento de animais ou de equipamentos (a favor de políticos locais, donos de lojas de insumos e de fazendas) já que o banco, geralmente, paga diretamente o fornecedor e nem sempre ao agricultor.

Houve problemas com o cultivo do café, proposta técnica não adaptada e sem assistência técnica competente, que deixou agricultores endividados e impossibilitados de solicitar novos empréstimos. Existem alguns verdadeiros elefantes brancos: projetos para Coco, acerola, piscicultura, rã, com unidades de transformação, geralmente ligados a desvios e abusos das empresas de ATER.”

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

A atividade principal e uma das fontes de financiamentos das empresas públicas ou privadas de assistência técnica é a elaboração e o acompanhamento dos projetos do Pronaf, em particular o Pronaf A que garante 10% dos montantes para a prestadora de serviços. As deficiências de aplicação do Pronaf podem ser estendidas ao caso da ATER, que como em muitas regiões do país, é cobrada ao agricultor, mas nunca, ou muito mal assegurada. Essa deficiência é ampliada por três fatores: a tradição de assistencialismo imposta nos assentamentos de reforma agrária, os problemas de organização e coordenação dos agricultores e o monopólio da Empresa Estadual de ATER, a Empaer.

Monopólio da Empaer

A Empaer depende da Seder –MT (Secretaria de Desenvolvimento Rural) e conta com 300 técnicos na região do Portal. De acordo com os responsáveis locais, esse número é insuficiente para atender as necessidades e a própria empresa se considera carente em termos de recursos.

A prioridade da Empaer para a região, em função das opções da Seder é desenvolver a bacia leiteira para a agricultura familiar, mobilizando em prioridade os recursos do Pronaf, da ATER e do MDA-SDT.

Por conta da demanda e do interesse financeiro do Pronaf A ela dá prioridade aos assentamentos, assim como as outras prestadoras que tentam quebrar esse monopólio. Segundo a APAM (Associação dos Produtores Agrícolas do Norte do Mato Grosso), existem 69 assentamentos no conjunto do território, alguns enormes, como o PA União do Norte em Peixoto de Azevedo (ex- garimpo) que conta 3 500 famílias.

O MDA tentou também descentralizar e diversificar a Ater, via redes ou via o programa de Ates (Assessoria técnica, social e ambiental) do Incra, especifica para os assentamentos de reforma agrária.

Porem, a Empaer criou uma fundação sócio-ambiental, a Fundaper para credenciar seus técnicos na Ates com outro nome. Apenas duas cooperativas de técnicos (BR e Plantar) atuam na região e duas organizações de agricultores começam a se credenciar para Ates: a APAM, ligada ao MPA e o STR de Peixoto de Azevedo.

No caso da ATES, aparentemente a proposta de assistência técnica é melhor, mais diversificada. Por outra parte o montante financiado a prestadora de Ates pelo Incra depende no número de famílias apoiadas e não apenas de uma taxa sobre os empréstimos conseguidos. Dessa maneira, tenta desatrelar a Ater do projeto e do crédito. A Ates deve ser implementada por projeto e por proposta, mas é ainda cedo para avaliar os seus efeitos e o seu funcionamento na região.

Esperando conseguir credenciamento no sistema Ates, uma porta de entrada das entidades de AT ligadas às organizações de agricultores (BR, APAM, STR) foi prestar assistência técnica respondendo a editais de extensão por projetos (MMA, Gestar) ou a editais do Pronaf capacitação, eventualmente em parceria com Ong's da região. Como para o crédito, a aplicação dos programas e projetos de assistência técnica, especificamente no caso da reforma agrária, depende muito da interação entre as

organizações locais dos agricultores, os serviços públicos e as dinâmicas locais ligadas a atuação das prefeituras ou da sociedade civil.

No Portal da Amazônia, atrás da defesa do modelo de Ater, existe uma disputa quase ideológica entre o MPA, via a APAM e a Empaer via a Fundaper. Em realidade, o MPA não atua para conquistar a Terra como o MST, ele pretende organizar e apoiar os assentados a partir de outro modelo de valorização da agricultura familiar e do homem no campo. Este modelo é fundado numa visão de camponês moderno, promovido pela Via Campesina, associando a procura de autonomia (autoconsumo e mercados diversificados) e de qualidade de vida em particular por meio da qualificação dos produtos (Carvalho, 2005).

A APAM atua na região desde pouco tempo, por meio de um projeto Pronaf Capacitação, mas segundo as testemunhas, não tem conseguido ainda mostrar um diferencial importante nas ações concretas.

Valorização dos produtos da agricultura familiar (Sebrae)

A principal referência no Território do Portal é constituída pela experiência da Cooperagrepa (Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia), mediante o apoio do programa “Vida Rural Sustentável” (VRS) do SEBRAE que abrange a 10 municípios da região: Alta Floresta, Carlinda, Guarantã do Norte, Marcelândia, Matupá, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte.

O projeto Vida Rural Sustentável é implantado pelo Sebrae em Mato Grosso, em parceria com o governo do Estado, prefeituras e várias outras entidades. (cf Anexo)

Os eixos do apoio do SEBRAE aos sócios e condomínios da Cooperagrepa são:

- cursos de capacitação e gestão
- organização e beneficiamento dos produtos
- qualificação e certificação dos produtos.

2005 foi o ano da consolidação do projeto com um intenso trabalho de assistência técnica e consultorias tecnológicas na produção de café, cana-de-açúcar e guaraná. Em 2006 a meta foi incrementar a comercialização dos produtos orgânicos da Cooperagrepa (as participações em feiras no Brasil e no exterior (em fevereiro BioFach Alemanha, em Nuremberg, Feira da AF de Brasília em outubro, etc.) e promover a estruturação tecnológica dos condomínios.

Hoje a Cooperagrepa é formada por agricultores familiares e agro-extrativistas. As cerca de 300 famílias cooperadas são organizadas em 32 condomínios de produção e adotam um modelo de cultivo que permite, além da preservação ambiental, a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, adubos químicos e sem a adoção de queimadas, desmatamentos e monocultivos.

Dentre os produtos disponíveis para a comercialização, destacam-se o guaraná em pó, castanha-do-brasil, mel, café, melado, açúcar-mascavo, rapadura, frango, suínos, caprinos, pães, doces, leite, frutas e hortaliças. Esses produtos têm atraído consumidores na Áustria, Alemanha, Holanda, Coréia e Japão. Em 2005, foram comercializadas para esses países 24 toneladas de castanha-do-brasil, 14 de guaraná, 146 de açúcar mascavo e 35 de café. Calcula-se que as vendas têm proporcionado um incremento de um salário mínimo na renda de cada família

.O guaraná, açúcar-mascavo, melado, café e castanha-do-brasil já estão certificados pela Ecocert Brasil - instituição de origem francesa que atua na área de orgânicos. Outros produtos estão em processo de certificação, entre eles o frango, mandioca, leite e derivados.

Em 2005 foi implantada uma agroindústria de açúcar-mascavo na comunidade Estrela do Sul, em Alta Floresta, a 765 quilômetros de Cuiabá, reunindo sete propriedades de produtores rurais, num total de 40 pessoas envolvidas. A capacidade instalada da agroindústria é de 500 quilos de açúcar-mascavo por dia e o condomínio tem 13 hectares de cana plantados, espalhados pelas terras dos sete sócios.

Esta é a segunda agroindústria do gênero da Cooperativa, a primeira foi instalada em Nova Guarita. A produção dos oito condomínios envolvidos na cadeia da cana-de-açúcar foi de 200 toneladas de açúcar-mascavo e melado, em 2005.

Avaliação da interação entre o programa VRS e as organizações locais

Inicialmente, entre 2001 e 2003, a Cooperagrepa era uma associação. A cooperativa foi fundada em 20 08 2003 e passou a receber apoio do programa de Projeto de Desenvolvimento Territorial do Sebrae e logo do Programa Vida Rural Sustentável. Contou com investimento de 900.000,00 para os primeiros 2 anos.

O Portal da Amazônia surgiu em parte deste projeto de desenvolvimento territorial

Numa conjuntura econômica e social difícil, a cooperação entre o SEBRAE-MT e os agricultores sócios da Cooperagrepa tem se concentrado no apoio ao beneficiamento e a comercialização de produtos identificados com a agricultura familiar local ou regional e com a produção agroecológica.

Segundo os responsáveis da cooperativa, o Sebrae-MT tem-se mostrado compreensivo e aberto, por exemplo, deixando a Cooperativa escolher assessores ou consultores de maneira a evitar a concepção apenas mercadológica de certos consultores *“Gerar um jeito empreendedor, não é ruim, mas a qualidade dos valores humanos esta marginalizada”*.

6.3. Os novos instrumentos

GESTAR, Gestão Ambiental Rural

Esse Programa da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente foi iniciado em 2005. O princípio desse instrumento consiste em apoiar dinâmicas coletivas de melhoramento do manejo dos recursos naturais e de apoio a iniciativas de desenvolvimento a partir de ações de diagnóstico e de capacitação e uma metodologia participativa de construção de parcerias.

“Procurando estabelecer um marco integral da realidade territorial em foco e buscando situar e compreender os problemas socioambientais numa relação de causa/efeito, o GESTAR preconiza a construção de Planos de Gestão Ambiental Rural-PGAR (....) o GESTAR, desde os primeiros momentos, apóia a realização de atividades práticas relacionadas às soluções dos problemas identificados, atividades que sistematizadas e problematizadas coletivamente vão orientar a elaboração do PGAR” (MMAA-SDS, 2006).

O projeto Gestar do Território do Portal da Amazônia esta sendo executado em parceria com o ICV em torno de cinco linhas de atuação :

1) *Melhoria da gestão das instituições e organizações do Território:* mapeamento das instituições do território de forma qualitativa/quantitativa gerando uma estratégia de banco de dados (CD divulgado para todas as entidades e organizações).

- elaboração/apoio em projetos de gestão ambiental municipal (Plano Diretor / Agenda 21, CMDR's)

- Formação de lideranças e de jovens rurais (enfoques sócio-ambientais, GTA Buriti)

- Apoio à acesso ao crédito e monitoramento (Edital Funbio)
- Fortalecimento e capacitação membros CEAAF do Portal da Amazônia

2) *Desenvolvimento do Associativismo e Cooperativismo/ Programa – Bacia Leiteira*

As atividades de diagnóstico /planejamento da Bacia Leiteira e de educação rural e cooperativista têm gerado novos projetos : manejo ecológico de pastagens/Padeq; aquisição de 2 tanques de resfriamento de leite, grupo de comercialização do leite

3) *Sensibilização, Mobilização e Conscientização* : apoio a eventos III Festival Ecológico e Cultura das Águas de Mato Grosso, Águas da Amazônia, Seminário de Sustentabilidade da Produção de Leite na Amazônia, assim como os intercâmbios com outros territórios.

4) *Articulação Institucional* junto as Prefeituras e Conselhos Territoriais, construção de uma rede territorial. Apoio e participação efetiva no CEAAF norteador na construção da identidade do território Portal da Amazônia.

5) *Comunicação Socioambiental e coleta e difusão de informação:*

- estratégia de comunicação da agricultura familiar dentro do território mediante a “*Folha Portal da Amazônia*” e o programa de rádio “*A Voz do Portal*”
- levantamento da estrutura social e situação ambiental nos assentamentos do território.
- realização de oficinas, treinamentos e escolas ambientais para jovens.

A avaliação dos atores locais e dos agricultores familiares é muito positiva, sobretudo pela nova metodologia de parceria e de estudo-capacitação-ação, inspirada dos princípios da pesquisa-ação.

“No início foi um projeto que veio meio que de cima para baixo, mas, pelos métodos usados foi bom”

A questão colocada pelos animadores do projeto (ICV) é: que continuidade? como assegurar a apropriação dos resultados gerados ?

Além das novas ações de educação focalizadas nos jovens, a proposta é de realizar um acompanhamento (monitoramento) de alguns dos CMDR's do Território, para assegurar uma avaliação do processo e um referencial para a continuidade da dinâmicas locais e territoriais:

- olhar reflexivo sobre a metodologia e seus efeitos
- acompanhamento e levantamento de indicadores das atividades dos CMDRS
- constituição de uma base para educação ambiental

Algumas dessas propostas poderiam entrar na cooperação com o projeto Diálogos

O responsável nacional do programa Gestar cita a riqueza da parceria e das atividades realizadas no Portal. Ele coloca também a idéia, em discussão no MMA/SDS de um sistema de monitoramento em tempo hábil das atividades do Gestar.

O PADEQ

O Projeto “Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas” faz parte do Subprograma Projetos Demonstrativos da Secretaria do Desenvolvimento Sustentável do Ministério de Meio Ambiente (Departamento de Agro-extrativismo).

As linhas temáticas do Padeq são "recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal" e "práticas de produção sem uso do fogo".

O projeto executado pelo ICV no Portal da Amazônia corresponde a segunda linha e está focalizado no manejo de pastagens, em particular no manejo ecológico sem fogo para apoio à pecuária leiteira. Funciona a partir da animação de diferentes comitês locais em torno de ações de educação ambiental e de projetos demonstrativos.

Os temas de sensibilização, capacitação e ação têm a ver com a luta contra o desmatamento e a reflorestação e as ações demonstrativas sobre controle e manejo orgânico de pragas, adubação verde, etc.

O método, participativo, começa com um diagnóstico incluindo um resgate histórico, a programação de unidades demonstrativas e de eventos de capacitação (por exemplo uma reunião sobre desmatamento na Cooperagrega).

Os animadores dos projetos do Portal (ICV, IOV, Apam) situam a ação do Padeq numa perspectiva de transição para a agroecologia, já engajada pela Cooperagrega. Trata-se de poupar insumos externos e de valorizar a atividade biológica dos solos (*“a natureza trabalha gratuitamente para o futuro da nossa propriedade”*).

Além de Nova Guarita e Carlinda, novos projetos em assentamentos foram apresentados (Sta Helena). Como no caso do Gestar as equipes colocam a questão da busca de mecanismos de continuidade. Concretamente, ela deveria passar pela elaboração de projetos produtivos individuais (via Pronaf) ou coletivos (PDA, Proinf, etc).

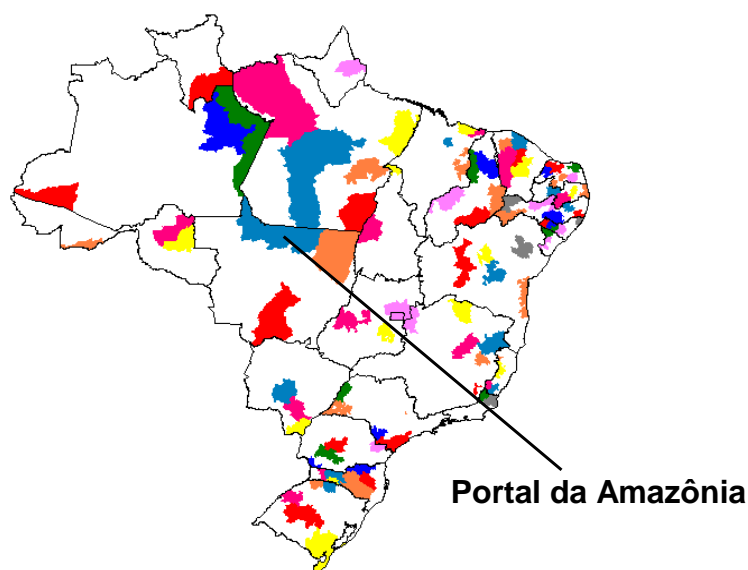
O apoio ao desenvolvimento territorial do Portal da Amazônia

O apoio ao território do Portal da Amazônia corresponde à implementação do principal instrumento da política do MDA-SDT, o PRONAT (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais) criado em 2004.

Desde 2005, o programa apoiou uma série de oficinas territoriais para constituir e implementar conselhos territoriais. Esse conselho ou assembléia territorial pode começar sob a forma de uma Comissão de Implantação de Ações Territoriais geralmente chamada de CIAT e encarregada de articular os diversos atores da agricultura familiar e do mundo rural para elaborar um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

No caso do Portal da Amazônia essa comissão já foi chamada de Conselho, sob o nome de Conselho de Execução das Ações da Agricultura Familiar (CEAAF).

Fig. 3 Territórios do MDA



Território: Portal da Amazônia

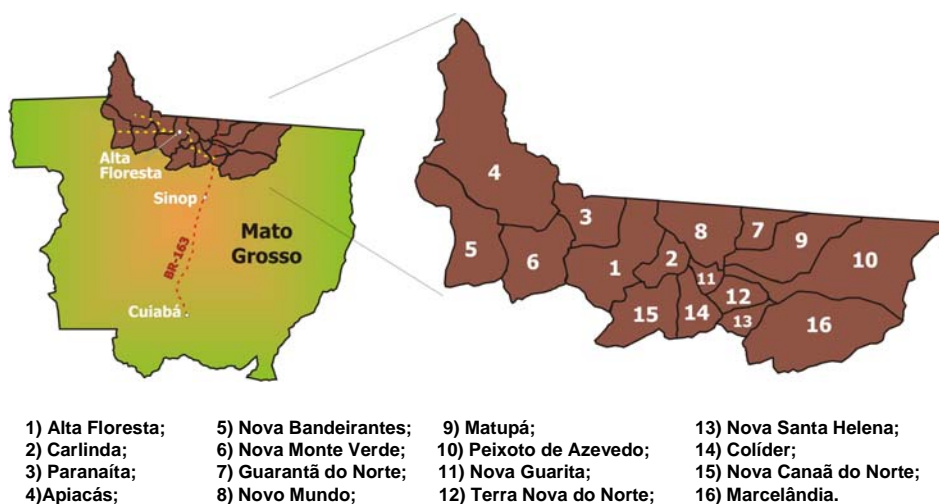


Fig. 4 : Mapa do território do Portal da Amazônia

No caso do território do Portal, o Conselho Executivo das Ações da Agricultura Familiar , o CEAAP é composto de três instancias : A *assembléia plenária* do Território que reúne 59 instituições (fig. 6) ; o *núcleo dirigente* e o *núcleo técnico* que conta com o apoio de um técnico superior contratado pela SDT/MDA para assumir a função de « *articulador territorial* », segundo o esquema seguinte (fig. 5) :

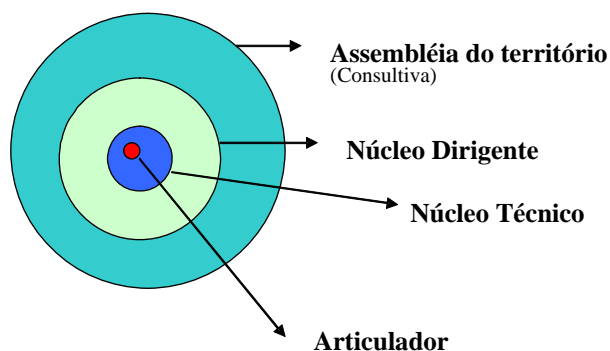


Figura 5 : **O CEAAF e as suas instancias** (MDA/SDT, 2005)

Membros do CEAAF:

- Órgãos Governamentais: INCRA, CEPLAC, BB, UNEMAT de Colíder e Alta Floresta
- Representantes da Agricultura Familiar:
 - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Nova Bandeirante, Carlinda, Marcelândia e Sindicato Rural de Alta Floresta.
 - 2 Cooperativas (Cooperagrepa, Coopernova);
 - Movimentos Sociais (MPA; CPT de Colíder; SINTEP de Colíder; Comitê Pro-Regulização Fundiária; PJR);
 - CMDRS dos 16 municípios;
- Participação dos outros segmentos:
 - Prefeituras dos 16 municípios (com participação das 16 Secretarias de Agriculturas)
 - 4 EMPAER (Matupá, Santa Helena, Apiacas e Alta Floresta)
 - ONGs : IOV, ICV, Instituto Floresta, FIESUN, FUNAM)

A Plenária de 59 instituições é responsável pelas decisões e a definição de ações. O Núcleo Dirigente assegura o apoio político e a coordenação das ações definidas pela Plenária. O Núcleo Técnico assume o apoio técnico (transformação das decisões em projetos específicos).

O principal instrumento do CEAAF para conseguir articular ações territoriais e mobilizar recursos, em particular além dos fundos do Proinf (MDA) é elaboração do Plano Territorial (box 2). A opção do Núcleo Técnico do CEAAF é uma abordagem extremamente participativa, mobilizando a definição do Plano mais como um processo que como um produto.

A principal referencia metodológica local é a realização de oficinas municipais no marco da Agenda 21. Porém o tamanho do território, as distancias colocam desafios metodológicos para a multiplicação de oficinas locais ou municipais.

O projeto Diálogos depois de várias reuniões e apresentações metodológicas com o Núcleo Técnico do CEAAF organizou e administrou uma oficina de treinamentos sobre métodos participativos de diagnostico e de planejamento territorial que reuniu técnicos e lideranças de 14 dos municípios do Portal.

Fig. 6 Composição do CEAAF (Gestar , 2005)

Órgãos Públicos	Sind.Trab Rurais	Prefeituras	Movimentos Sociais	EMPAER	Cooperativa	ONGs
Incra	Guarantã	Marcelândia	Movimentos Pequenos Agricultores	Apiacas	Coopernova	ICV
Ceplac	Peixoto	Nova Guarita		Sta Helena	Cooperagrega	IOV
Unemat	Nova Bandeirantes	Monte Verde	Comissão Pastoral da Terra	Alta Floresta		Inst. Floresta
Banco do Brasil	Carlinda	Novo Mundo	Sindicato dos Trabalhadores de Ensino Público	Matupá		Funam
	- Sindicato Rural de Alta Floresta	Nova Canaã	Comitê Pró-regularização Fundiária BR-163			Fiesum
		Paranaíta				

Coordenação CEAAF – Núcleo Dirigente

TITULAR

Incra - Guarantã

Jose Dolce

STR Guarantã

Gilmar

Pref. Marcelândia

Marcelo

CPT Colider

Joao Buzatto

Cooperagrega

Domingos

SUPLENTE

Incra – Colider

Dalva

STR Peixoto

Antenor

Pref. Novo Mundo

Antonio

M.P.A

João Carlos

Coopernova

Lourival

Núcleo Técnico

EMPAER: Cleber (Apiacás), Maurílio (Alta Floresta) e Domingos C. (Sta Helena)

UNEMAT: Prof. Norma (Colider), Prof. Ostenildo (Alta Floresta)

CEPLAC: Carlos Davi (Alta Floresta)

IOV: Alexandre (Alta Floresta)

16 Membros do CMDRS

Box 2: O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)

O que é? Documento que sintetiza visão de futuro do território, estratégias inter-municipais consideradas prioritárias pelo colegiado territorial → Pacto territorial

Importância:

- Criação de um banco de dados sobre agricultura familiar no Portal
- Unir diferentes visões sobre desenvolvimento territorial
- Identificar e construir projetos e ações para Agricultura Familiar
- Estimulo para maior envolvimento e comprometimento das instituições do CEAAF.

Estrutura Geral:

- Construir uma visão de futuro compartilhada dentro do território do Portal
- Identificar eixos Estratégicos para nortear caminhos do futuro do Portal
- Definir programas e linhas de ações a serem priorizadas dentro de cada eixo estratégico
- Definir projetos (atividades e ações concretas dentro de cada linha de ação)

A idéia é compreender o modelo de desenvolvimento através da realização de um diagnóstico participativo com elaboração de um banco de dados complementando dados do Estudo Propositivo.

Metodologia:

- Coleta de dados secundários disponíveis nos órgãos oficiais e existentes nas instituições públicas e privadas;
- Entrevistas com lideranças representativas da agricultura familiar;
- Oficinas municipais (espaço de expressão da população sobre realidade local);
- Oficinas regionais (espaço de discussão e validação dos dados coletados / análises realizadas);
- Oficina territorial (momento de finalização do diagnóstico e estruturação inicial do PTDRS)

Funcionamento e primeiros impactos do CEAAF: a criação de espaços de discussão e definição de projetos

As instituições participantes mencionam vários pontos positivos do CEAAF. No início existia uma ânsia das prefeituras como das organizações de trazer projetos e recursos, hoje não é apenas isto. Existe um interesse para infra-estruturas coletivas e uma necessidade sentida de mudança. Apareceram idéias dinâmicas e mais eficientes para resolver os conflitos, a partir de um caldo institucional favorável e da qualidade das instituições e dos debates.

Para alguns representantes os mecanismos de apoio e a ferramenta do SDT foram bem articulados, mesmo se a inserção com as bases pode e deve melhorar.

Uma maioria dos representantes levanta também aspectos menos positivos. Por conta da diversidade de instituições e interesses alguns falam do CEAAF como um balaio de gato com reuniões que decorreram num ambiente difícil e de conflitos.

A emergência dos conflitos em si não é ruim, ao contrário. O problema maior reside na grande dificuldade de tomar decisão no seio do CEAAF porque depois da inclusão dos CMDRS e ONG's além das prefeituras, os verdadeiros representantes dos agricultores familiares terminam sendo minoria. Por outra parte, na maioria dos casos, os executivos municipais participam, sobretudo para captar fundos do Proinf, quando esses fundos deveriam servir de base para articular projetos maiores.

Entre os elementos a superar ou melhorar são citados ciúme, receio, desconfiança, falta de transparência assim como a necessidade de construir uma visão e identidade de território e do interesse coletivo tanto entre STR, prefeituras como ONG's.

Existe uma série de propostas dos participantes do CEAAF para superar as dificuldades:

- pela própria necessidade de apoio a agricultura familiar cada vez mais compartilhada;
- pela sensibilização e informação ampla e nas bases : a população nem sabe que existe o projeto e o CEAAF:
- aprender a pensar em conjunto por meio do exercício de construção do planejamento (PTDRS)
- deve se ter cuidado com reuniões e capacitação, como ferramentas para empoderar as organizações dos agricultores familiares. Muitas vezes servem apenas para os mais expertinhos, as lideranças tradicionais e incontornáveis (SR-STR) se apoderar do novo discurso.
- tem que fazer acontecer em vez de falar e de treinar

Para fortalecer as capacidades das bases da agricultura familiar, uma maioria de membros do núcleo técnico aposta na formação de jovens, na educação ambiental e sobre as políticas públicas. São citadas as ações em curso: Agenda 21, Pronaf capacitação entre PJR, MPA, e IOV, as ações da Unemat em particular em Colíder e as atividades da Coopernova e da Cooperagrepa.

7. Ensinaamentos das experiências analisadas.

Os resultados do estudo e a análise das entrevistas e propostas dos principais atores da agricultura familiar no território do Portal permitem sintetizar uma série de ensinamentos em torno a três linhas explicativas.

- no caso da agricultura familiar é impossível separar a análise das políticas públicas daquela das dinâmicas sociais locais, o que vale também para a sua implementação.
- o Território do Portal da Amazônia sofre uma série de fatores que limitam uma interação mais favorável e eficiente entre políticas públicas e dinâmicas locais
- a abordagem territorial do desenvolvimento rural pode constituir uma estratégia pertinente para a construção da ação pública, mas não suficiente.

7.1. Aplicação das políticas públicas e dinâmicas sociais estreitamente ligadas

A partir da fase de colonização uma primeira geração de políticas públicas gerais ou agrícolas, hoje consideradas como mais tradicionais foi aplicada, de maneira unilateral. Mas essas políticas nunca foram pensadas, desenhadas e aplicadas em função da especificidade da produção agrícola familiar ou da pequena produção como se dizia na época. Portanto, só podiam fracassar, exceto casos isolados.

Uma segunda etapa corresponde à implementação de assentamentos de reforma agrária pelo INCRA em colaboração com a CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia), mesmo se houve falhas na sua concepção ou adaptação, o maior problema dessa política de colonização e reforma agrária, foi precisamente nunca ter sido realmente aplicada. Até hoje o maior problema reside na falta de regularização fundiária e imediatamente depois na carência de apoio técnico e de capacitação adaptada.

Numa terceira fase a partir da criação do Pronaf, aparecem instrumentos de crédito e de ATER específicos para a agricultura familiar, mas estão sendo aplicados, e muitas vezes até hoje, unicamente segundo modalidades que fortalecem os poderes econômicos e políticos dominantes: os grandes pecuaristas, os bancos públicos e os seus gerentes, os serviços de ATER.

A expansão da produção leiteira foi precisamente um exemplo de coincidência de oportunidades entre os agricultores familiares (na sua maioria em assentamentos) e esses interesses dominantes. Por um lado, os agricultores familiares para não abandonar seus lotes, precisam desesperadamente de uma tesouraria regular, valorizando por uma parte a mão de obra familiar, mesmo com uma remuneração muito baixa e por outra parte áreas desmatadas facilmente transformadas em pastagens. Os créditos públicos do FCN, do Procefa e logo do Pronaf permitiram aos fazendeiros vender gado mestiço, mesmo não sendo de raça leiteira, a muito bom preço, por meio de alianças econômicas e políticas com os gerentes locais dos serviços de ATER e dos Bancos. Funcionou da mesma maneira com as firmas de insumos, com pacotes para implantação de pastagens, compra de cercas, de ração, etc.

Os recentes instrumentos de políticas públicas específicas para a valorização dos produtos de agricultura familiar como o Programa de compra antecipada de alimentos (PAA) da Conab, mal chegam até os agricultores familiares por falta total de informação e de mediação adequada. Na região, a Conab apenas compra arroz e milho aos grandes produtores.

Quando às políticas públicas específicas chegam a se direcionadas para o agricultor familiar é precisamente porque existe uma capacidade local de organização dos agricultores familiares capaz de ter acesso a informação ou de negociar a aplicação dos

recursos, isto é geralmente mediante intermediários da sociedade civil : políticos, igrejas e ONG's ou movimentos sociais do campo: Contag-STR, MPA, MST etc.

Num contexto de fragilidade social, de precariedade, de fraca presença do Estado ou do monopólio do poder do estado na mão de uma categoria socioeconômica quem ocupar o espaço com presença local junto aos agricultores marginalizados passa a conduzir ou a orientar as posições dessa classe. Isto explica o papel determinante das igrejas em geral nos assentamentos e o papel histórico da igreja católica com a CPT e a PJR na região. Existe uma evolução na continuidade, pois os jovens formados pela igreja progressista (como foi o caso no passado, com uma parte do PT), passam hoje a ocupar postos de lideranças nos movimentos e organizações de agricultores (MPA, Cooperativas).

7.2. Fatores que limitam a interação entre dinâmicas locais e políticas públicas

Estado ausente ou capturado por certos setores

Embora a frente de colonização do Portal seja hoje relativamente estabilizada, continua existindo uma apropriação ilegal do bem público e dos recursos naturais, em particular na fronteira com o Estado do Pará, onde se concentram os projetos de preservação ambiental. Continua tendo ocupações e invasões ilegais de terras da união ou de reservas ambientais ou indígenas, geralmente por madeireiros, por fazendeiros inclusive por sociedades financeiras.

Por outra parte, a instalação legal dos agricultores familiares e a sua possibilidade de acesso aos meios de produção (crédito, Ater, etc) está paralisada por atrasos enormes e completamente anormais, quando não por conflitos no processo de regularização fundiária.

Certos desses problemas não encontram solução apesar dos esforços do governo federal pelas divergências políticas com o governo do Estado ou como aqueles dos municípios.

No caso da região do Portal da Amazônia, o governo de Estado mostra pouco entusiasmo pelo projeto MDA-SDT e apóia uma estrutura paralela, o consorcio intermunicipal de desenvolvimento econômico, social e ambiental, que reúne 6 municípios. As atividades são concentradas no apoio as cadeias de leite e de fruticultura (abacaxi) e num segundo tempo a avicultura e o Biodiesel. De fato uma parte importante dos fundos do MDA-SDT destinados ao CEAAP do Território do Portal e transitando pelo governo de Estado, foram direcionados para estudos de cadeia em outras regiões ou para esse consorcio intermunicipal.

Limites institucionais e organizacionais dos agricultores familiares

A origem da agricultura familiar (colonização) e a natureza da sua implementação (imposição de assentamentos coletivos) associam duas características pouco favoráveis para processos de coordenação e de organização: o fortalecimento do individualismo desbravador procurando um enriquecimento rápido e a dependência de medidas de apoio de caráter assistencialista e tecnocratas.

As organizações tradicionais (cooperativas de primeira geração e sindicatos) integraram essas características: ou fracassam por excesso de individualismo das lideranças ou das bases ou sobrevivem, mas se adaptando ou se curvando ao modelo do assistencialismo e paternalismo. Assim, as organizações dos agricultores familiares terminam sendo cooptadas por algum poder político ou econômico.

A nova geração de organizações em construção (as novas cooperativas, a APAM, os movimentos de jovens rurais etc.) tenta romper com essa dependência e por isto é conduzida a afirmar posições de oposição: ecologia e meio ambiente contra a

exploração imediata dos recursos naturais, diversificação econômica, empreendedorismo coletivo e qualificação para se opor à dependência assistencialista ou paternalista.

Essas novas organizações procuram afirmar valores humanos e éticos (solidariedade, equidade, justiça, confiança, responsabilidade), pelo tanto a falta de referências no campo político-administrativo ou empresarial, emergem no bojo da ação pastoral das igrejas católica ou evangelista. No caso da CPT e da PJR existe uma aliança com os movimentos de produtores ligada a Via Campesina (MST, MPA, MMC).

Sempre existe o risco nesse ambiente de pouca autonomia da agricultura familiar e de grande necessidade de criar ou fortalecer identidades positivas, daquelas novas alianças (Igrejas ou ONG's) se tornarem novas tutelas. Mas, esse risco parece ser limitado por dois elementos: a) os resultados obtidos por essas alianças para defender os direitos dos pequenos agricultores e em particular os assentados (num contexto de violência e impunidade como em Marcelândia, Maputá, Nova Guarita); b) a manutenção ou promoção de valores humanos e éticos: espírito cidadão, participação política e coletiva, equidade e solidariedade, responsabilidade perante as gerações futuras e os recursos naturais.

Os representantes dessas “novas” organizações da agricultura familiar, geralmente filhos de pequenos agricultores que passaram pelas escolas técnicas ou pela universidade, são ativos no seio do CEAAF, embora ainda minoritários em termos de voto. Se eles conseguem mostrar resultados e fazerem as suas provas, será precisamente em termos de elaboração e de gestão de projetos. Pois, o dispositivo territorial pode ser um espaço de administração da ação pública, mas não da política, pois, apesar de certa ambigüidade, os representantes “cooptados” no CEAAF, não têm todos a mesma legitimidade de representatividade política ou social.

7.3. O enfoque territorial : uma alternativa ?

A abordagem territorial e participativa proposta pelo governo anterior (Incrá, 1999 ; Sabourin *et al*, 2005) foi retomada e ampliada pelo atual governo (MDA, 2003).

A negociação e a gestão de ações e projetos territoriais sustentáveis fundam-se na implementação de mecanismos de interação entre as políticas públicas das diversas escalas de governo e a ação coletiva dos rurais por meio nos Conselhos de desenvolvimento territorial.

O interesse da abordagem é, precisamente contribuir para a implementação de espaços de diálogo entre organizações locais, sociedade civil, prefeituras municipais e serviços públicos. A inclusão das dinâmicas locais das prioridades, especificidades e iniciativas dos atores locais deveria ser facilitada e no melhor dos casos resultar em tomadas de decisão permitindo a liberação de recursos e a realização dos seus projetos.

De acordo com as bases propostas pelo MDA (2004), o desenvolvimento territorial torna-se a âncora espacial de uma política de desenvolvimento rural sustentável.

Depende assim da capacidade dos múltiplos atores de um território em se coordenar, em definir juntos, orientações a seguir e meios a implementar para atingi-las.

O desenvolvimento territorial resulta da interação entre dinâmicas locais e dinâmicas institucionais. O MDA propõe um apoio metodológico para a elaboração e implementação de planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável que devem orientar as decisões de financiamento de infra-estruturas e equipamentos inter municipais, de apoio à agricultura familiar (box 2). Uma tal inovação em termos de modalidades de elaboração de políticas públicas e de tomada de decisão não se realiza sem dificuldades de várias ordens.

De fato, o “Pronaf infra-estrutura”, destinado a financiar investimentos coletivos em escala

municipal não existe mais, foi substituído pelo PROINF administrado pela SDT do MDA. As decisões sobre os investimentos em infra-estruturas e equipamentos coletivos não são mais da competência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), acusados de não ter poder de decisão ou de ser facilmente manipulados pelos prefeitos municipais, mas do Conselho Territorial.

A intenção da SDT é de promover um desenvolvimento territorial a partir de práticas de democracia participativa que impliquem com a participação de todos os setores envolvidos na elaboração e apropriação de um projeto comum.

Pelo momento está se dando prioridade (pelo menos de maneira transitória) a projetos a favor da agricultura familiar por ser o segmento mais marginalizado. De fato, numa região como o Portal da Amazônia, apesar desse voluntarismo, não é evidente quebrar essa assimetria (de informação e de poder de decisão).

De fato, a perda de acesso dos CMDR's aos recursos do Pronaf infra-estrutura tem representado para as prefeituras ou para os prefeitos uma perda de poder. Em contraponto não significa que os agricultores familiares vão ter mais poder na nova estrutura intermunicipal, pois tudo depende da capacidade das suas organizações para se mobilizar e se coordenar para pesar nas decisões e, também para adquirir as competências para construir agendas dando prioridade aos seus projetos.

Dificuldades de concepção: a descentralização não se realiza por decreto. A experiência mostra que se a sociedade civil e o setor privado, estão mais acostumados a relações horizontais, O estado e seus serviços encontram problemas para abandonar um eixo de decisão vertical.

Por outra parte, não basta criar espaços de dialogo abertos às organizações de agricultores quando elas não dispõem dos meios para elaborar e defender os seus projetos. Nos conselhos municipais os agricultores não quase nenhum poder de decisão, pois as nomeações dos conselheiros são, geralmente, realizadas pelo poder executivo (prefeituras) e as opiniões são apenas consultivas (Schneider et al, 2003). No caso dos conselhos territoriais, mas que a intervenção do executivo municipal e estadual, é a fragmentação das representações dos agricultores familiares que reduz sua capacidade de ação.

Dificuldades operacionais: a terceirização dos apoios e repasses via governos

A implementação dos planos e projetos territoriais padece das diferenças de prioridades e de ritmos, ou de passos entre os atores locais e Brasília. Mas a principal dificuldade vem da intermediação dos recursos do MDA por terceiros

- intermediação dos recursos do Proinf que somente podem ser liberados via governos estaduais e/ou municipais
- intermediação dos apoios metodológicos, pela falta de pessoal (funcionários ou consultores diretos) no MDA

O MDA em geral por ser um ministério menor e recente e a nova secretaria de desenvolvimento territorial (SDT) não dispõe de um corpo constituído de funcionários capacitados nem da capilaridade de representações locais nos Estados. Sua ação depende muito de consultores externos, recrutados por outras entidades terceirizadas, as vezes por critérios de inter-conhecimento, o que não garante uma qualidade homogênea do processo de animação territorial. No caso do território do Portal houve uma mudança sucessiva dos consultores e certa descontinuidade.

A elaboração dos diagnósticos e planos depende assim de sistemas de financiamento do MDA terceirizados a consultores externos, pagos por produtos intermediários (reuniões e relatórios) e não por tarefa ou por resultado (produto final).

Uma animação da dinâmica territorial precisa de alguns facilitadores competentes, motivados, reconhecidos na região, mas, também que não estejam ligados a interesses políticos ou ideológicos marcados ou sujeitos a conflitos.

Mas o processo está passando por tensões por causa da rigidez do modelo de assessoria financiado pelo MDA-SDT. O consultor do MDA sendo pago por produtos intermediários (e não por tempo ou produto final), para recuperar sua remuneração tende naturalmente a aplicar os passos metodológicos de maneira burocrática, engessando o processo independentemente ignorando os ritmos específicos dos atores locais, as realizações anteriores.

Discussão sobre a estratégia de desenvolvimento territorial

Será que a abordagem territorial, fora o efeito inovador em torno dos conceitos e do vocabulário, não passa de uma nova roupagem para velhas receitas. Lembramos as sucessivas propostas para o desenvolvimento rural ser integrado, integral, apropriado, auto-centrado, local e, finalmente sustentável.

A criação de conselhos municipais, territoriais e regionais para debater os investimentos para a agricultura familiar pode constituir uma conquista quando permite, de fato a representação dos projetos e dos interesses das diferentes categorias de atores do desenvolvimento rural e, em primeiro lugar dos agricultores na sua diversidade. O próprio processo de constituição dessa representação e da sua capacitação constitui um avanço, marcado por feitos positivos em termos de aprendizagem, de construção de competências locais, de fortalecimento institucional. Pode levar a ganhos de espaço, de poder e de autonomia para grupos marginalizados, mas pode também reforçar a posição de lideranças tradicionais e paternalistas que se adaptam aos novos discursos sem mudar sua estratégia.

A principal questão reside na possibilidade dos instrumentos dessa política conseguir produzir um efeito “alavanca” ou dinamizador para o desenvolvimento da região. O estudo por Veiga (2006) das primeiras iniciativas territoriais do Brasil em duas regiões do Rio Grande do Sul indica que tais efeitos dependeram mais dos ativos iniciais (infraestrutura e capital humano) que dos novos apoios territorializados.

Vários fatores podem concorrer para tais dificuldades:

- a assimetria de informação e de poder de decisão **no seio** dos conselhos ;
 - os limites da democracia técnica participativa e das competências dos conselheiros como dos técnicos ;
 - as dificuldades de coordenação entre ministérios e entre eles e os governos de Estado (além das divergências políticas entre governos municipais, estaduais e federal);
 - certas características da constituição brasileira: regime federal e pulverização do orçamento por meio de sistemas de emendas entre 10 000 municípios, ritmo de eleições a cada 2 anos (gerais ou locais) ;
 - os limites cognitivos relativos à divisão regional e territorial, as opções estatísticas do Brasil sobre a fronteira entre rural e urbano (Veiga, 2001)
 - o efeito polarizador e desestruturante da integração grandes cidades (até capitais regionais ou o próprio distrito federal) entre os territórios rurais apoiados pelo MDA.

Uma limitação forte, principalmente no Norte e no Nordeste, vem do fato que o Estado não tinha assegurado a implementação de ativos e infra-estruturas básicos antes de passar ao apoio aos atributos específicos dos territórios, como foi o caso na Europa para a política de re-equilíbrio regional por meio do Projeto Leader (projeto erradamente proposto na

América Latina como modelo). Pois, aqui as regiões que podem valorizar apoio aos seus atributos específicos (se elas não os têm, sempre podem inventá-los) são as regiões que já dispõem de infra-estruturas de base: pólos irrigados, bacias urbanas ou periurbanas dotadas de agroindústria e de mercados próximos, zonas turísticas.

De fato a experiência dos conselhos municipais de desenvolvimento rural mostrou a perversidade da visão neoliberal da descentralização levando a uma fragmentação dos poderes locais e fragilizando antigos espaços de negociação e de resistência.

A mudança para a escala inter-municipal e a prioridade dada a agricultura familiar pelo MDA –SDT tenta favorecer a emergência de contra poderes. Mas é cedo ainda, a imagem do exemplo do CEAAP do Portal da Amazônia, para saber qual será a evolução em termos de co-construção de projetos e de novos instrumentos. De fato a abordagem mostra uma tensão entre gestão administrativa e gestão política, é no formato atual a territorialização só pode contribuir para resolver a questão da gestão do desenvolvimento, mas não da política, pois qual é a legitimidade política da representação setorial.

Tudo vai depender também de quem entre os grupos subalternos da agricultura familiar consegue representação, voz e poder de decisão no conselho. Ora é inegável que a abordagem territorial favorece um processo de emergência e de formalização de novas demandas sociais. Ela permite levar em conta a diversidade regional, ecológica e étnica; também, abre possibilidades de conquista de novos espaços, pelo menos de janelas de negociação entre atores públicos e privados, o que corresponde aos objetivos do projeto Diálogos.

Conclusões

As conclusões se dividem em dois parágrafos interligados e complementares. O primeiro trata do potencial de inovações do caso do Território do Portal da Amazônia em termos de interação e complementaridade entre políticas públicas e dinâmicas locais. O segundo apresenta algumas recomendações e, em particular, sugestões ligadas às atividades do projeto Diálogos.

Inovações possíveis e viáveis:

A primeira transformação do ambiente institucional e social que esta acontecendo na região do Portal, por si só potencializa inovações em material de instrumentos de políticas públicas e de métodos. Trata-se do reconhecimento do futuro da agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista social e ambiental, mas também do ponto de vista econômico. Após as sucessivas crises do ouro, do café e agora da madeira (redução dos preços, falências, escândalo Curupira e nova legislação), a economia da região parou e a os diversos setores da economia local (bancos, comércio, serviços) passaram a descobrir que eles, agora dependem, sobretudo do fortalecimento da agricultura familiar e dos assentamentos.

Os estudos recentes (MDA-Olival, 2006; Duheron, 2006; Poppe & Sabourin, 2006), mostram que as novas formas de uso do espaço e dos recursos, as novas formas de valorização desses recursos e dos seus produtos provocam transformações de natureza territorial, ao mesmo tempo espacial, social, econômica e política. E o caso das novas unidades territoriais constituídas pelos assentamentos de reforma agrária, mas também pelas reservas ecológicas e indígenas. Uma vez consolidados esses espaços de atividade (ou de preservação) levam para a emergência de novas unidades territoriais em construção como a bacia leiteira em torno dos assentamentos ou as áreas de periferia dos parques ecológicos. Nessas áreas acontece uma transformação das atividades e até uma

redefinição dos papéis e dos poderes, eventualmente com a formalização de um projeto territorial.

Ao mesmo tempo, junto com os novos instrumentos de política pública do MDA, do MMA, do Sebrae, aparecem espaços de diálogo que devem ser ocupados e ativados pelos atores da agricultura familiar, em primeiro lugar, as organizações de produtores.

Por exemplo, em torno da criação das unidades de conservação como o Parque Juruena em Apiacás ou do Parque Cristalino em Novo Mundo, aparecem novas atividades como eco-turismo, agro-turismo, que, junto com as iniciativas de agro-ecologia e de qualificação e certificação dos produtos, levantam expectativas econômicas, e, portanto, apoios de setores econômicos e políticos.

Uma das inovações mais importantes para evitar ao mesmo tempo recuperações oportunistas e ilusões desmedidas, passa pela construção de uma identidade territorial compartilhada em torno da agricultura familiar e do manejo dos recursos naturais.

Essa construção de identidade depende a sua vez da construção de uma imagem “positiva” da agricultura familiar e, sobretudo dos assentamentos de reforma agrária.

Além da difusão dos primeiros sucessos como aqueles da Coopernova e da Cooperagrepa, é fundamental subsidiar e favorecer todas as iniciativas que contribuem para uma auto-revalorização da sua imagem de agricultor entre os assentados. Uma das inovações estratégicas da interação entre os movimentos sociais e os novos instrumentos de políticas públicas é precisamente ter privilegiado métodos e abordagens apostado no fortalecimento das competências dos jovens e das bases rurais, mediante a informação, a educação. A capacitação vem depois, como complemento e não em primeiro lugar.

Recomendações para a programação

Em função das observações anteriores parece útil e importante ao mesmo tempo fortalecer, subsidiar e sistematizar os resultados dos processos em curso, e em particular, dos mais inovadores que poderiam assim se transformar em referência para outros ambientes.

Por exemplo, um dos processos que mereceria ser sistematização em termos de mecanismos e de métodos é o exercício de elaboração do Plano Territorial do Portal da Amazônia.

Essa recomendação vai ao encontro das preocupações do MDA e do MMA em implementar dispositivos de monitoramento (e avaliação em tempo hábil) de programas como o Pronat e o Gestar.

Os atores e responsáveis locais do projeto Gestar do Portal têm manifestado o interesse de um monitoramento das atividades dos CMDR's de alguns dos municípios envolvidos, o mesmo princípio, poderia ser aplicado ao CEAAF, se for do interesse dos seus dirigentes.

Outra proposta seria subsidiar e promover articulações ou redes temáticas regionais em torno dos instrumentos de política executados por entidades mistas (público, privado e coletivo), como é o caso do Gestar, dos PDA's, da ATER, ATES, e do apoio aos territórios.

Por exemplo, a estratégia do MDA-SAF é privilegiar a constituição de redes regionais de ATER para se constituir em interlocutores menos dispersos e mais representativos dos serviços estaduais e federais. Essa estratégia é fundamental se as entidades ligadas ao apoio à agricultura familiar do território pretendem ter peso, inclusive junto ao MDA, em vez de atuar de maneira isolada ou de entrar em concorrência com a ATER pública da Empaer.

Enfim, entre os instrumentos de política pública de natureza Estadual, se o Zoneamento Ecológico e Econômico da Seplan-MT for transformado em instrumento de Lei pela

Assembléia Estadual, seria pertinente acompanhar a sua relação ou interação com as dinâmicas regionais e locais.,

Possibilidades de ação do projeto Diálogos

- sistematização de informação

Parceria entre escalas estaduais, federais e locais (territorial) :

-Confrontação do estudo de análise de redes sociais e do estudo das políticas públicas/dinâmicas sociais da AF (caso redes de ATER) e da política de manejo florestal.

Parceria território e escala estadual:

- Sistematização efeitos e interações do Zoneamento estadual

- Monitoramento de espaços de negociação e mediação

Parceria entre escalas federais e locais (territorial) :

- Monitoramento e sistematização do processo de elaboração do PTDRS do Portal da Amazônia e da sua aplicação

- Monitoramento das atividades e interações de alguns CMDR's do Portal da Amazônia em função dos eixos de trabalho do projeto Gestar

- Estudos complementares:

Aplicação ou adaptação da metodologia na região de Itaituba –Pará.

Bibliografia

- Bourdieu P. 1987. Choses dites, Editions de Minuit, Paris.
- Callon, M., Lascoumes, P., Barthe, Y., 2001. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*, Paris, Seuil, 358p.
- Duheron E. 2006. Aménagement du territoire par l'environnement en Amazonie. Etude de la région du complexe Cristalino MT, Brésil, Paris, Ina-Pg, Mémoire Master 2 EMTS, 61 p. et annexes.
- Duran P. 1999, Penser l'action publique, Paris, Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, Coll. "Droit et Société", 199p.
- Jones G.O., 1970 An Introduction to the Study of Public Policy, Belmont, USA, Duxbury Press.
- Lagroye J., Bastien, F. Sawicki, F. 2002. *Sociologie politique*. Paris : Dalloz Presses de Sciences Po, 599p.
- Laverack, G; Labonte, R; 2000. A planning framework for community empowerment goals within health promotion. *Health Policy Plan* 15(3): 255-262.
- Le Gales P., Thattcher M., 1995, Les réseaux de politiques publiques : débats autour de la notion des *policy networks*, Paris, France, L'Harmattan.
- Ministério de Desenvolvimento Agrário Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Referencias para um desenvolvimento territorial sustentável, por M Duncan, Brasília, MDA-SDT-CONDRAF, 2003, 35p.
- Muller P., 1990, Les politiques publiques, Paris, France, PUF.
- Olival A de A 2005. Estudo Propositivo Território do Portal da Amazônia – Fundação Cândido Rondon, 160p.
- Poppe P.; Sabourin, E. 2006 Curso de Capacitação e Construção de Metodologia de Planejamento Participativo no Território do Portal da Amazônia, relatório. Brasília, Diálogos, 22p
- Sabourin, E 2002, Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores in Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais, Conceitos, controvérsias e experiências, Sabourin E; Teixeira O (eds.), Brasília, UFPB, CIRAD, Embrapa, 428p.
- Sabourin E. Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L, Florentino G L. 2005 Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures* 14 (1) : 111-116
- Schneider S.; Silva, M K; Moruzzi M P E. 2003 *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 252p.
- Simões A. 2006 Action publique, action collective et construction de nouvelles compétences. Université Toulouse le Mirail, Essor, doutorado de sociologia, no prelo
- Thoenig J.C., 1985, L'analyse des politiques publiques. In *Traité de Science Politique*, Grawitz M., Leca, J, (eds). Paris, France, PUF.
- Tonneau J.P Duque, G., Diniz, P. C. O. 2004. Desenvolvimento territorial no Nordeste: Um método de diagnóstico e planejamento participativo. In *Raízes*, 22 (2): 2004, 181-191.
- Tonneau JP ; Sabourin E, 2005. Relatório final do projeto « Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar : estudo comparativo no Brasil » Cirad, Inra, Montpellier, Brasília, nov. 2005, 40p.
- Touraine A. 1984, Le retour de l'acteur essai de sociologie, Fayard, 350
- Touraine, A. 1978, La voix et le regard. Sociologie des mouvements sociaux, Seuil, 318p
- Touraine, A. O que é a democracia?. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

10. Anexos

ANEXOS

Anexo 1. Metodologia sobre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no território do Portal da Amazônia - MT

Perguntas

Sobre as políticas públicas

Como se dá/deu a aplicação dessas PP

Como foram aproveitadas pelas entidades locais dos AF

Quais foram/são os impactos dessas PP na AF

Quais as vantagens, os logros, as dificuldades e as perspectivas/ sugestões

Sobre as dinâmicas locais e sociais da AF

- Estruturação organização dos produtores
 - para representação e defesa de interesses
 - para atividades econômicas
 - para ações ambientais, culturais, educativas
- Articulações e fóruns da sociedade civil
- Dinâmicas de desenvolvimento territorial

Como funcionam os espaços de negociação e co-construção de PP

- O CEEAF :
- Os CMDRS, quais ?

Sobre as interações entre dinâmicas locais , movimentos sociais e PP

- não há interações, caminhos paralelos?
- há interações entre as diversas PP interessando AF e D rural entre elas
- entre PP e dinâmicas locais ou sociedade civil organizada
 - na aplicação local de instrumentos de PP federal ou estadual
 - na reorientação de certos instrumentos de PP
 - na elaboração de novos instrumentos de PP

Os principais efeitos de interação entre as políticas públicas e as dinâmicas locais da agricultura familiar (AF)

Ensinaamentos e perspectivas para o projeto Diálogos

Entrevistas realizadas

Escala Federal

MMA : Carcius Azevedo dos Santos Coordenador Nacional do Projeto Gestar

MDA-SDT: Vital Filho, Coordenação

MDA-SAF: Argileu Silva, diretor de ATER

SENAES: Fernando Kleiman e Roberto Marinho

Escala Estadual (Mato Grosso)

SEMA: Luis Henrique Daldegan, secretário adjunto

SEDER : Gilson

SEPLAN Yênes Magalhães, Secretario. Eleonora Duze Costa Duarte, Diretora e Maria Aparecida e Ligia Camargo (Zoneamento).

Sebrae: Roberto de Oliveira – Gestor Estadual do Projeto VRS
Estevan Manoel Garcia Gomes Unidade Agronegocio Territorial

MDA-INCRA (MT) : Fátima Aparecida Garcia, delegacia MDA-MT

Formad: Vincente (Fase), André (ICV) e Rodrigo (Carei)

Escala Territorial

Novos Projetos

Padeq Jean Carlo, Wagner Meira, Martin Spindler PADEQ / ICV **Nova Guarita**

Gestar Jose Alesando Rodrigues, Jean Carlo, Alexandre Olival

Membros do CEAAF

IOV : Andrezza Spexoto

ICV : Jose Alesando Rodrigues, Laurent Micol, João de Andrade, Jean Carlo

Unemat/ Agenda 21 : Anderson Flores

Empaer Walter

MPA Marcos Joni e Wagner Meira

SR Alta Floresta Seyr Ruelis

STR Nova Monte Verde Sergio Carvalho

Cooperagrega Domingos Varga, Wagner Meira

Secretaria Agricultura Apiacás: Cléber Schlickman

Secretaria de Agricultura Paranaíta: Jair Pedroso

Secretaria Agricultura de Alta Floresta: Cleber dos Santos ?

Cláudio S. Mendonça Secretaria de Agricultura Nova Canaã do Norte

Agricultores da comunidade União

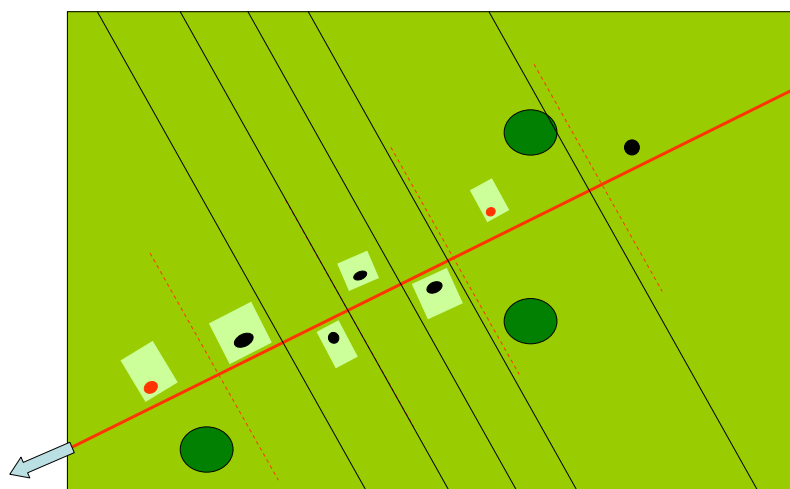
Julio César Versori ...SEMA Colíder

Agricultores : José Perreira de Araújo Associação Renascer Peixoto de Azevedo, Kelly

Zanon FEC Novo Mundo ,José Diego da Silva STR Nova Bandeirantes

Anexo 2: Fig. 1: Trajetória do assentamento União (município de Nova Guarita)

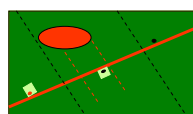
Comunidade de União – Município de Nova Guarita



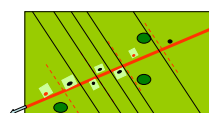
frete do leite:
cooperativa
ou outro

P Caron, 2006

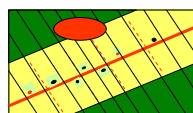
Estrada, garimpo
e exploração
madeira (80-85)



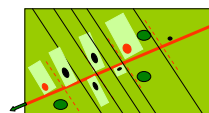
Pecuaria leite
migração e
concentração
fundiária (91-05)



Grãos(arroz,
milho), cana,
divisão fundiária
(85-90)



Diversificação
Frutas,
qualidade



Trajetória de desenvolvimento da Comunidade União, Nova Guarita - MG

P Caron, 2006

Anexo 3 Instrumentos recentes de políticas públicas

PDA - PADEQ 2005

Ministério de Meio Ambiente

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável
Departamento de Agroextrativismo - SDS

Projetos PADEQ APROVADOS

A BR 163 e o arco do desmatamento concentram a maior parte dos projetos

A Comissão Executiva do PDA - Subprograma Projetos Demonstrativos aprovou 25 projetos Padeq (Projeto Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas), correspondendo a mais de R\$ 6,9 milhões, em sua 25ª reunião. No total, a Secretaria Técnica do PDA recebeu 84 projetos para o Padeq. Destes, 46 foram considerados elegíveis dos quais 28 receberam parecer favorável pela Câmara Técnica e foram julgados pela Comissão Executiva, reunida entre os dias 26 e 27 passados. Durante a reunião da Câmara Técnica especialistas do governo, ONGs e autônomos, realizaram análise técnica de projetos, tendo por critérios: potencial de contribuir para a implementação das áreas temáticas do PDA; capacidade e experiência de trabalho da entidade proponente; caráter demonstrativo e multiplicador, entre outros.

A Comissão Executiva do Subprograma PDA é paritária, sendo composta por representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Banco do Brasil, três representantes indicados pelo Grupo de Trabalho Amazônico, rede de Organizações Não-Governamentais com atuação na Amazônia Legal e dois representantes indicados pela Rede Mata Atlântica.

As linhas temáticas do Padeq são "recuperação de áreas de preservação permanente e de reserva legal" e "práticas de produção sem uso do fogo". As Chamadas 03 (Área de Influência da BR 163), 04 (Roraima) e 05 (Rondônia, Tocantins - somente os municípios localizados no arco do desmatamento, Pará e Mato Grosso - exceto municípios na área da BR 163).

PDA Padeq - Chamada 03-2005 MT 163 PORTAL DA AMAZONIA

Título	Proponente	Local UF	Valor Padeq	Valor Contrapartida	Valor Total
Projeto Loreta: proteção de matas ciliares na Amazônia Mato-grossense.	Grupo Agroflorestal e Proteção Ambiental (GAPA)	Município de Claudia / MT	297 645,70	99 911,26	397 556,96
CENTRO COMUNITÁRIO DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA	Instituto Ouro Verde – IOV	Alta Floresta/ MT	299 997,00	59 650,00	359 647,00
Manejo Sustentável de Produtos Florestais não-madereiros, sem uso do fogo no "Assentamento: Cristalina do Norte - Novo Mundo - MT" - Território Portal da Amazônia - MT	Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia - COOPERAGREPA	Terra Nova do Norte - MT	299 768,15	328 088,75	627 856,90
INTRODUÇÃO DE PRÁTICAS PRODUTIVAS SEM O USO DO FOGO ATRAVÉS DO MANEJO SUSTENTÁVEL DE PASTAGENS E DA RECOMPOSIÇÃO DE MATAS CILIARES	INSTITUTO DE ECOLOGIA E PESQUISA DO COMPLEXO DA SERRA DO CACHIMBO - ECOCACHIMBO	MUNICÍPIO DE GUARANTÁ DO NORTE / MT	297 784,00	33 925,00	331 709,00
ENTRE RIOS SUSTENTÁVEL: conservação de matas ciliares e alternativas econômica para assentamentos da Bacia do Xingu no Mato Grosso	Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento "Entre Rios"	Nova Ubiratã/MT	298 777,60	62 293,53	361 071,13

Anexo GESTAR

Fragmento do RELATORIO GESTAR 2005

Ministério do Meio Ambiente e **Amazônia Legal**

GESTAR – Gestão Ambiental Rural

O GESTAR surgiu de um Termo de Cooperação Técnica entre o MMA e a FAO a partir da constatação de que não se desenvolveram adequadamente no Brasil, no âmbito das políticas públicas na área ambiental, instrumentos e abordagens capazes de reverter, ou mitigar, os efeitos socioambientais do modelo de desenvolvimento agrícola vigente.

Tendo como fundamento conceitual e metodológico a abordagem territorial do desenvolvimento, conforme o princípio que orienta os programas e projetos do Departamento de Gestão Ambiental e Territorial da SDS, o GESTAR prioriza o apoio a projetos e iniciativas que articulem o conjunto de atores envolvidos com uma determinada situação socioambiental que se pretenda transformar. Transformação entendida como um processo que mediante a mobilização, organização, conscientização, e conversão agroecológica das atividades produtivas, permita avanços e conquistas que resultem em maior sustentabilidade ambiental, econômica, cultural e política de um determinado território.

O fundamental da abordagem territorial adotada pelo GESTAR é a leitura que se faz dos problemas socioambientais e das estratégias de solução a serem implementadas. O ponto de partida é a compreensão dos sistemas de produção e os problemas ambientais a eles associados, uma vez que na perspectiva GESTAR a sustentabilidade está fortemente condicionada pelas formas de organização social das atividades econômicas no nível local, assim como pela sua inserção no sistema econômico como um todo. Portanto, ao lado de ações de conscientização, educação ambiental e sensibilização das comunidades, o GESTAR investe na organização da base econômica dos territórios como uma estratégia para a Gestão Ambiental Rural, associando geração de renda, proteção ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Assim, procurando estabelecer um marco integral da realidade territorial em foco e buscando situar e compreender os problemas socioambientais numa relação de causa/efeito, o GESTAR preconiza a construção de Planos de Gestão Ambiental Rural-PGAR. No entanto, tais planos não são apenas produtos do exercício de planejamento sem correspondência com as práticas sócias e econômicas dos atores locais. Pelo contrário, partindo de uma visão de mão dupla entre o plano e a execução, o GESTAR, desde os primeiros momentos, apóia a realização de atividades práticas relacionadas às soluções dos problemas identificados, atividades que sistematizadas e problematizadas coletivamente vão orientar a elaboração do PGAR. Nesse sentido, o GESTAR combina reflexão com ação, visão ampla do território com a realidade das unidades produtivas, mobilização comunitária com o engajamento e participação de cada família.

Parcerias - um projeto GESTAR é executado por meio de parcerias entre o Ministério do Meio Ambiente e uma ou mais entidade local, contando ainda com a cooperação técnica da FAO. Até o momento, existem 8 projetos do GESTAR instalados nos estados de RG, SC, MG, MT, PA (ver localização no mapa). Novos projetos estão sendo desenhados para o próximo ano, com destaque para as áreas prioritárias compreendidas pelos Planos de Desenvolvimento Sustentável da Área de Influência da BR 163. Além das organizações executoras, o GESTAR vem se integrando e construindo parcerias com outros ministérios e órgãos públicos e privados que desenvolvem ações convergentes com a proposta GESTAR. Cabe destacar a aproximação, sintonia e convergência com as políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, especialmente com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Em alguns territórios o GESTAR está completamente integrado a estratégia territorial da SDT, representando avanços importantes para uma nova proposta de desenvolvimento rural sustentável. Por sua vez, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mantém com os projetos GESTAR instalados em áreas de grande concentração de assentamento de reforma agrária, como é o caso do Baixo Araguaia, no MT, uma relação altamente construtiva. Nessas áreas, as equipes técnicas do INCRA e do GESTAR compartilham entre si e com os assentados conhecimentos, metodologias de gestão ambiental e práticas produtivas sustentáveis. Outra parceria que merece destaque é a com a Fundação Banco do Brasil. Graças a ela tem sido possível apoiar inúmeros projetos produtivos de uso sustentável dos recursos naturais que estão na base do processo de conversão agroecológica nas áreas de atuação do

GESTAR. Com a Caixa Econômica Federal, o GESTAR tem mantido um diálogo com vistas a levar até às administrações municipais dos territórios trabalhados, serviços e produtos que a Caixa oferece, como por exemplo, assessoria na elaboração e implementação de projetos por parte das prefeituras locais. Da mesma forma, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, por meio de transferência a outros programas do MMA, a exemplo da carteira Indígena e do Agroextrativismo, permitiu a estes programas o apoio a projetos formulados no âmbito de vários Planos de Gestão Ambiental Rural.

Os projetos GESTAR na área da BR 163 (MT e PA)

2.7. Implantação do projeto território Portal da Amazônia – MT (BR-163)

Valor contratado: R\$ 352.911,50

Entidades parceiras:

ICV – Instituto Centro e Vida

gestar.pa@icv.org.br – Tel.: 66- 3521-8555)

FAESP – Fundação de Apoio ao Ensino

Superior Público Estadual (faesp@terra.com.br - Tel.: 66- 3521-2041)

-Consolidação do Conselho para as Ações da Agricultura Familiar junto com a SDT/MDA;

- Caracterização Institucional realizada, objetivando um melhor conhecimento sobre as potencialidades e carências de cada uma das instituições, bem como a capacidade de articulação e mobilização em suas áreas de atuação;

-Início da Avaliação Ambiental Integrada que, construída participativamente, oferecerá um diagnóstico dos principais problemas socioambientais do território ;

-Implantação do Projeto de estímulo a Cadeia Leiteira, fortalecendo um importante sistema de produção regional sob bases sustentáveis;

-Apoio à elaboração de projetos para Fundação Banco do Brasil para fortalecimento de cadeias produtivas (castanha, apicultura, mandioca e fruticultura);

-Participação na organização do Festival das Águas junto com a Universidade de MT;

- Apoio para elaboração de PDAs;

-Capacitações;

-Jornal Folha do Portal e programas de rádio, implantados, servindo como meio de divulgação e sensibilização das ações do Projeto no território;

-Articulação e apoio na confecção de projetos das prefeituras junto ao MMA.

2.2. Implantação do projeto no território Araguaia-MT

Valor contratado: R\$ 496.447,20

Entidades Parceiras:

ANSA – Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora Assunção (

gestararaguaia@yahoo.com.br – tel.: 66-3522-2081)

UNEMAT – Unversidade do Estado de Mato Grosso (

gestararaguaia@unemat.br - Tel.: 66-3528-1162-1136)

- Caracterização Institucional realizada, possibilitando um melhor conhecimento sobre as potencialidades e carências de cada uma das instituições, bem como a capacidade de articulação e mobilização em suas áreas de atuação;
- Avaliação Ambiental Integrada realizada, construída participativamente, oferecendo um diagnóstico dos principais problemas socioambientais do território;
- Plano de Gestão Ambiental Rural em fase de conclusão, que apontará possíveis soluções para os principais pontos levantados pela Avaliação Ambiental Integrada;
- Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica entre parceiros federais (MMA, MME, MDA, FUNASA, INCRA, CEF, MI, SDH, MCT);
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Governo de MT e ações pontuais com a Secretaria de Planejamento, Sec. De Desenvolvimento Rural, EMPAER, Sec. Ciência e Tecnologia do Estado;
- Capacitação para o Edital 02/2003 do FNMA para construção da Agenda 21 Local;
- Capacitação para o Edital 05/2003 do FNMA para implantação e fortalecimento do Sistema Municipal de Meio Ambiente;
- Capacitação do IBAMA/PROARCO objetivando o fomento de alternativas ao uso do fogo;
- Parceria com PRONEA e a Coordenação de Educação Ambiental do MEC para formação dos conselhos escolares de educação ambiental e da Rede de Juventude para o Meio Ambiente – REJUMA;
- Articulação para instalação da Projeto Sala Verde efetivada;
- Acordo com a superintendência do INCRA/MT e a contratação de 20 técnicos de nível médio e 12 de nível superior (três anos, no valor de 3,5 mi).
- Parceria efetivada com a Embaixada da Itália para criação do FUNDO ROTATIVO para o financiamento de pequenos projetos demonstrativos (já em funcionamento) e a implantação do Programa Fogo;
- Apoio à elaboração de projetos para Fundação Banco do Brasil para fortalecimento de cadeias produtivas;
- Capacitação para prefeitos e gestores públicos locais em gestão ambiental;
- Articulação e apoio na confecção de projetos das prefeituras junto ao MMA.

2.3. Implantação do projeto no território Baixo Amazonas-PA (BR-163)

Valor contratado: R\$ 45.727,00 (4 meses)

Entidade parceira:

CEFTBAM – Centro de Estudo, Pesquisa e Formação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Baixo Amazonas

(ceftbam@yahoo.com.br – Tel.: 93-3523- 5552)

2.8. Implantação do projeto do território BR-163 Pará.

Valor contratado: R\$ 207.938,00

Entidade parceira :

FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar (fvpp@amazoncoop.com.br – Tel.: 93- 3515-2406)

-Caracterização institucional elaborada, objetivando um melhor conhecimento sobre as potencialidades e carências de cada uma das instituições, bem como a capacidade de articulação e mobilização em suas áreas de atuação;

-Levantamento de programas, projetos e iniciativas regionais com foco no meio rural e plano de ação de capacitações em elaboração;

-Apoio à elaboração de projetos para Fundação Banco do Brasil para fortalecimento de cadeias produtivas

-Articulação e apoio na confecção de projetos das prefeituras junto ao MMA.

-Caracterização Institucional realizada, objetivando um melhor conhecimento sobre as potencialidades e carências de cada uma das instituições, bem como a capacidade de articulação e mobilização em suas áreas de atuação;

-Avaliação Ambiental Integrada em realização;

-Rede de Comunicação sendo construída;

-Articulação e apoio na confecção de projetos das prefeituras junto ao MMA;

-Apoio à elaboração de projetos para Fundação Banco do Brasil para fortalecimento de cadeias produtivas.

Produtos da Cooperagrepa (MATO GROSSO) sobretudo castanha-do-brasil e guaraná, fizeram grande sucesso comercial na BioFach-América Latina 2004

Os 400 pequenos agricultores da Cooperativa de Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia (Cooperagrepa), que integram o Projeto do Território Portal da Amazônia - Por Uma Vida Rural Sustentável, implementado pelo Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em Mato Grosso e Governo do Estado, produzem diversos produtos, alimentos típicos da floresta Amazônica.

Produtos como castanha-do-brasil, pupunha e guaraná, à outros produtos como mandioca, mel, açúcar mascavo, melado, café e frutas, além de suínos, caprinos e ovinos, leite e derivados, frango, arroz, legumes e verduras, utilizados na merenda escolar de 25 mil alunos da rede pública de ensino e creches dos 09 municípios.

Estes produtos são utilizados na merenda escolar de 25 mil alunos da rede pública de ensino e creches dos 09 municípios localizados da região ao Norte de Mato Grosso, uma área de 60 mil quilômetros quadrados, habitada por 166 mil pessoas



Castanheira

A merenda orgânica é servida duas vezes por semana e são consumidas 2,5 toneladas de frango, arroz, farinha, melado, verduras e legumes.



Frango orgânico

Os pequenos agricultores produzem alimentos in natura e já começam o beneficiamento de alguns visando aumentar o valor agregado. Segundo o presidente da Cooperagrepa, Domingos Jari Vargas, 25 projetos de agroindústrias já foram encaminhados para financiamento do Banco do Brasil. Essas agroindústrias vão permitir o processamento de cana-de-açúcar, panificação, hortaliças em conservas e embaladas a vácuo, palmito de pupunha, guaraná em pó, além do abate e processamento de frango, suínos, caprinos, ovinos e rã, e produção de iogurte e queijo.

A certificação dos produtos deve estar concluída ainda neste mês de setembro. Dos 400 agricultores que integram a Cooperagrepa, 50 famílias já têm produtos com selo da Ecocert do Brasil, organismo internacional - com sede na França - de controle e certificação de agricultura orgânica.

Segundo a técnica Dalila Jabar, responsável pelo projeto Vida Rural Sustentável, o Sebrae está tomando todas as providências necessárias sobre as questões sanitárias, de certificação, processos

tecnológicos e embalagem. "Nós chegamos à conclusão de que o grande obstáculo que seria mercado não existe, visto que o Brasil produz apenas 2% da demanda de produtos orgânicos. O grande desafio é manter a produção com quantidade e qualidade para atender os novos mercados". Dalila enfatiza ainda a necessidade de se quebrar o paradigma de que produto orgânico tem que ser muito caro. "Os próprios pequenos agricultores estão integrados nesse movimento e quando houver um aumento de produção, ou seja, maior oferta, os preços tendem a cair no mercado interno", acredita.

Os produtos da Cooperagrepa, sobretudo castanha-do-brasil e guaraná, fizeram grande sucesso comercial na BioFach-América Latina 2004, ocorrida de 8 a 10 de setembro, no Rio de Janeiro. Domingos conta que, durante o evento, foram feitos contatos comerciais com mais de 20 empresas do Brasil e do exterior. Entre as brasileiras, vários supermercados, empórios e lojas especializadas em produtos finos e orgânicos, como o supermercado Zona Sul (Rio) e o empório Santa Luzia (São Paulo). Importadores da Holanda, Alemanha, Japão e Coreia também fizeram contatos e um importador holandês fez um pedido de 20 toneladas de castanha-do-brasil. "Precisamos agora definir detalhes burocráticos e o melhor porto para enviar a mercadoria", afirma.



Castanha do brasil

Em fevereiro de 2005, a Cooperagrepa vai participar da BioFach na Alemanha. Para a jornalista Marta Torezam, da Unidade de Marketing e Comercialização do Sebrae em Mato Grosso, a participação neste evento vai abrir novas perspectivas de mercado para os pequenos produtores.

O guaraná e a castanha são os produtos mais procurados pelo mercado externo. Domingos afirma que têm capacidade de produção para atender novos pedidos. Este ano serão produzidas 24 toneladas de castanha-do-brasil, mas podem ampliar a produção. Quanto ao guaraná, serão colhidas e beneficiadas 14 toneladas. No mercado interno, o açúcar mascavo também é muito procurado. A produção de cana-de-açúcar neste ano é de 207 toneladas.